



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MINAS GERAIS**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA,
REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS**

EUGÊNIA DA SILVA PEREIRA

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA NO SEMIÁRIDO:
CONTRIBUIÇÕES DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL DO PROGRAMA UM
MILHÃO DE CISTERNAS - P1MC**

Belo Horizonte/MG

Agosto/2012

EUGÊNIA DA SILVA PEREIRA

**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA NO SEMIÁRIDO:
CONTRIBUIÇÕES DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL DO PROGRAMA UM
MILHÃO DE CISTERNAS - P1MC**

Trabalho monográfico apresentado como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG Departamento de Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Simeone Henriques

Belo Horizonte/MG

Agosto/2012




Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais
Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: adm_edist_@fafich.ufmg.br
TEL (31) 3409-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

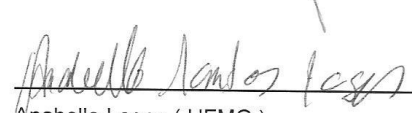
Aos 17 (dezessete) dias do mês de outubro de 2012 (dois mil e doze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada após leitura avaliativa da Monografia "TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA NO SEMIÁRIDO: CONTRIBUIÇÕES DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL DO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS - P1MC elaborada por Eugênia da Silva Pereira.

A Comissão, composta por professor Marcos Zucarelli (GESTA/ UFMG – Universidade FUMEC) e Anabelle Lages (UFMG) , após apresentação da monografia, deliberou pela sua aprovação, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2012.



Marcos Zucarelli (GESTA/ UFMG – Universidade FUMEC)



Anabelle Lages (UFMG)

Aos agricultores e agricultoras do semiárido brasileiro, que mesmo diante de tantas adversidades, encontram no dia a dia a esperança para lutar por dias melhores...

AGRADECIMENTOS

Ao olhar para trás e ver o caminho percorrido percebo que não teria chegado neste momento sem o apoio de pessoas especiais. Agradecer, não é uma tarefa fácil porque é possível que se esqueça de alguém que esteve do nosso lado a todo o momento e daqueles que torceram de longe...

Assim, primeiramente, agradeço a Deus, por todas as oportunidades de crescimento pessoal e profissional que tenho tido. Esta especialização é uma conquista inesperada que alcancei no mesmo mês em que concluí o curso de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XII. Agradeço a professora Heldina Fagundes que foi quem me indicou o primeiro caminho para este Curso de Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Agradeço de modo especial, ao professor Márcio Simeone, meu orientador, pela receptividade, paciência, compreensão e orientação.

Pelo exemplo de mulher batalhadora e amiga... Agradeço a amizade e o companheirismo de Leidjane, amiga que conheci neste curso. Obrigada, “Leidy”, te admiro muito!

À minha grande amiga e eterna professora, Patrícia Maria Mitsuka pelo incentivo de sempre.

Às minhas amigas Maysa, Mazinha e Eva, com quem sempre posso contar.

Pelas lições de vida, agradeço aos meus amigos e colegas do Centro de Agroecologia no Semi-Árido, de modo especial Coqueiro, Tia Lu e Aurita, pela confiança depositada em mim e pela oportunidade de vivenciar a teoria cursada durante esta especialização. Verdadeiramente, o professor Arroyo tem razão de que os movimentos têm muito a nos ensinar, precisamos estar atentos àquilo que eles nos dizem.

À equipe do curso DPRMS, especialmente à Ana Paula, nossa tutora querida, pela contribuição e apoio.

Aos meus pais e familiares pelo apoio e amor incondicional.

**Água de Chuva
(Hino da Cisterna)**

Colher a água
Reter a água
Guardar a água
Quando a chuva cai do céu.
Guardar em casa
Também no chão
E ter a água se vier a precisão.

No pé da casa você faz sua cisterna
E guarda a água que o céu lhe enviou
É dom de Deus, é água limpa, é coisa linda
Todo idoso, o menino e a menina
Podem beber que é água pura e cristalina.

Você ainda vai lembrar dos passarinhos
e dos bichinhos que precisam de beber
São dons de Deus, nossos irmãos, nossos vizinhos
Fazendo isso honrará a São Francisco,
A Ibiapina, Conselheiro e Padre Cícero.

Você ainda vai lembrar que a seca volta
E vai lembrar do velho dito popular
“É bem melhor se prevenir que remediar”
Zele os barreiros, os açudes e as aguadas
Não desperdice sequer uma gota d’água!

Roberto Malvezzi – Gogó

RESUMO

A presente investigação teve como fio condutor a análise das contribuições da mobilização da sociedade civil, promovida pela ASA através do P1MC, na construção da cidadania e na transformação social do semiárido na microrregião de Guanambi Bahia. O estudo teve como finalidade avaliar o processo de mobilização do P1MC e apontar se este contribui ou não para a construção da cidadania dos sertanejos e das sertanejas e se o mesmo colabora com a transformação social das famílias atendidas. Buscou-se observar ainda como cada ator percebe a mobilização e o impacto disso na organização social de que os mesmos participam e na construção das políticas públicas para a região semiárida. Para orientar a realização deste estudo, recorreu-se a Henriques (2011), Henriques et al. (2004), Henriques, Braga e Mafra (2002, 2004), Toro e Werneck (1996), Dagnino (2004), ASA (2002, 2003, 2005, 2011), Malvezzi (2007) e outros. A pesquisa fundamentou-se na abordagem qualitativa a partir da realização de estudo de caso e análise documental. Os instrumentos de coleta de dados foram entrevistas semiestruturadas visando compreender o objeto em estudo a partir das percepções dos sujeitos em relação ao processo de mobilização da ASA e do P1MC. Os resultados apontaram que a mobilização social é um processo desafiante, mas que contribui para a construção da cidadania. Todavia, no que se refere à mobilização do P1MC, observa-se que o mesmo tem transformado a região semiárida, tanto sob o ponto de vista do acesso à água, como da construção de políticas públicas. Por fim, este estudo revela a necessidade de ampliar as ações de mobilização do P1MC, no sentido de dar continuidade ao processo para todos os beneficiários.

Palavras-chave: Mobilização Social; Semiárido; P1MC; Transformação Social; Cidadania.

ABSTRACT

This investigation was guiding the analysis of the contributions of civil society mobilization promoted by ASA through P1MC, the construction of citizenship and social transformation in the semiarid micro region of Guanambi, Bahia. The study aimed to evaluate the process of mobilization and P1MC point if this helps or not to build the citizenship of men and woman inlanders and to know if it contributes to the social transformation of the families involved. The intent was to observe how each actor perceives the mobilization and the impact of this process about the social organization where they participate in the construction and public policies for the semiarid region. To guide this study, we used the Henriques (2011), Henriques et al. (2004), Henriques, Braga and Mafra (2002, 2004), Toro and Werneck (1996), Dagnino (2004), ASA (2002, 2003, 2005, 2011), Malvezzi (2007), among others. The research was based on a qualitative approach through conducting case study and document analysis. The instruments of data collection were semi-structured interviews to understand the possible object from the study subjects' perceptions regarding the process of mobilization of ASA and P1MC. The results showed that social mobilization is a challenging process, but it contributes to the construction of citizenship. However, as regards the mobilization of P1MC, it is observed that it has transformed the semiarid region, both from the point of view of access to water, such as the construction of public policy. Finally, this study reveals the need to increase the actions of mobilization P1MC in order to continue the process for all beneficiaries.

Key-words: Social Mobilization; Semiarid; P1MC; Social Transformation, Citizenship.

LISTA DE SIGLAS

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

AP1MC - Associação Programa Um Milhão de Cisternas

ASA - Articulação no Semi-Árido Brasileiro

CASA - Centro de Agroecologia no Semi-Árido

CEM - Comissão Executiva Municipal

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

COP3 - 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca

GRH - Gerenciamento de Recursos Hídricos

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

STTR - Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

ONG – Organização Não Governamental

P1MC - Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido:
Um Milhão de Cisternas Rurais

UGC - Unidade Gestora Central

UGMs - Unidades Gestoras Microrregionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O SEMIÁRIDO BRASILEIRO E A POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA COM O CLIMA	15
2 A ASA E A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO....	20
3 P1MC: O ACESSO À ÁGUA E À CIDADANIA NO SEMIÁRIDO DO BRASIL	24
3.1 - Componentes do P1MC:	25
3.1.1 - Mobilização, cadastramento e seleção de famílias	25
3.1.2 – Capacitação	25
3.1.3 – Comunicação	26
3.1.4 - Controle Social	27
3.1.5 - Fortalecimento Institucional da sociedade civil	27
3.1.6 - Construção de cisternas	27
4 MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO: percorrendo caminhos para a construção da cidadania e da democracia participativa	32
5 CONTRIBUIÇÕES DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL DO P1MC NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO SEMIÁRIDO: um estudo de caso na microrregião de Guanambi-Bahia	37
5.1 - Percurso Metodológico da Pesquisa	37
5.2 – O cenário da pesquisa e seus atores sociais	38
5.3 – A coleta e análise dos dados	38
5.4 – A mobilização social no P1MC: a perspectiva de colaboradores e beneficiários ...	39
5.5 – Contribuições da mobilização social do P1MC para construção da cidadania e transformação social do semiárido	44
5.6 - Estratégias de Mobilização e Comunicação da ASA	47
PARA NÃO CONCLUIR	52
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE	59

INTRODUÇÃO

O Semi-Árido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, Sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só.

(MALVEZZI, 2007)

Falar do semiárido¹ brasileiro é pensá-lo como um processo social de forma multidimensional. É vê-lo a partir de diferentes ângulos como o vê Malvezzi. Nesta perspectiva, o clima se torna algo insignificante diante da riqueza cultural, histórica e política do povo dessa região que a construiu. No entanto, os estereótipos que uma elite dominante, composta em sua maioria por grandes fazendeiros e coronéis, criou a respeito desta região contribuíram para que o semiárido brasileiro permanecesse por muito tempo sob a gestão da política de combate à seca, conduzida pelos princípios e normas da indústria da seca. Esta política inviabilizou o desenvolvimento da região semiárida até a década de 90, quando diversos movimentos e organizações a partir de muita luta e mobilização, inauguraram um novo paradigma: a política de convivência com o semiárido.

Este novo paradigma é denominado por Malvezzi (2007), como um novo conceito civilizatório para o semiárido e pauta-se no desenvolvimento da região de forma sustentável, utilizando-se de tecnologias sociais que permitem a participação e valorização dos homens, mulheres, crianças e jovens do semiárido. Dentre estas tecnologias, destaca-se a cisterna de placas para colher a água da chuva na estação chuvosa e armazená-la para o período da seca.

A política da convivência com o clima foi proposta pelas organizações que compõem a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) em 1999, quando estavam reunidas em Recife, Pernambuco, em um fórum paralelo à 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3). A partir da sistematização de experiências exitosas de convivência com o clima, inclusive a construção dos reservatórios, denominados de cisternas de placas, estas organizações elaboraram o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: um milhão de cisternas rurais – P1MC.

¹ Algumas palavras como semiárido se encontra escrita de duas formas no presente texto, devido ao novo acordo ortográfico. Quando se referir a nome de entidades ou citações de autores permanecerá semi-árido.

O P1MC se fundamenta em uma proposta de convivência com o semiárido que objetiva mobilizar famílias, comunidades, organizações, dentre outras pessoas, visando atender diretamente um milhão de famílias. Conforme a ASA (2003), o objetivo geral do Programa é “contribuir, através de um processo educativo, para a transformação social, visando à preservação, o acesso, o gerenciamento e a valorização da água como um direito essencial da vida e da cidadania”. Desse modo, o P1MC surge com o objetivo de descentralizar o acesso à água para o consumo humano, de forma a garantir a afirmação dos direitos da população, melhorando a qualidade de vida dos sertanejos, especialmente de mulheres, crianças e idosos. Mas, acima de tudo, objetiva mobilizar sujeitos, famílias, comunidades e diversas organizações para a adesão ao novo paradigma instalado: a convivência com o semiárido a partir de uma metodologia participativa de construção da cidadania e de um processo educativo que emerge dos saberes e experiências dos próprios agricultores.

Para a ASA (2003, p. 14) “mobilizar no P1MC é tornar cada um e todos que estão mergulhados neste esforço em cidadãos capazes de tomarem decisões, de criarem soluções e de transformarem a realidade para melhor”. Neste sentido, o presente estudo busca apresentar as ações de mobilização da sociedade civil que têm garantido o acesso à água no semiárido e possibilitado a construção da cidadania e a transformação social desta região. Para tanto, é necessário refletir sobre a participação da sociedade civil nas políticas públicas que contribuem para a convivência com o semiárido brasileiro, apontando a importância dessa participação no controle social e na gestão destas políticas.

Percebe-se que a transformação do semiárido brasileiro passa pela participação e mobilização da sociedade civil na elaboração e gestão das políticas públicas, bem como pela valorização dos saberes e experiências dos sujeitos que ao longo do tempo tem construído esta região. Isso é evidente quando se analisa que esta região historicamente sofreu com a política de combate à seca, que se apresentava de forma hierárquica e centralizadora e que não objetivava resolver os problemas do semiárido, mas perpetuar a dependência e ignorância do povo.

Diante disso, evidencia-se a necessidade de apresentar ações que estão sendo desenvolvidas no semiárido a partir da mobilização de organizações da sociedade civil, especialmente da ASA, refletindo sobre a importância disso para a construção de uma política de convivência com o clima. Neste contexto, a mobilização e também a educação se destacam como eixos norteadores destas ações e apontam para um novo cenário no semiárido brasileiro, uma nova

visão da região e uma vida mais sustentável a partir da valorização das experiências dos agricultores e das agricultoras.

A abordagem deste estudo intenta também divulgar a riqueza desse processo social construído historicamente pelo povo forte, batalhador, festeiro e lutador que sustentou e sustenta a região semiárida, nordestina com muita alegria, apesar das incertezas e dificuldades que enfrentam no dia a dia. Percebe-se que a energia desse povo é o que revigora a vida diariamente no semiárido. A ASA tem se espelhado nestas experiências para seguir avante na desconstrução dos estereótipos que definiram ao longo do tempo, o semiárido de lugar inviável e de pessoas incapazes.

É neste contexto que surge o problema desse estudo: Quais as contribuições da mobilização da sociedade civil, viabilizada pela ASA através do P1MC, na construção² da cidadania e na transformação social do semiárido na microrregião de Guanambi Bahia? Para responder este questionamento propõe-se como objetivo geral avaliar o processo de mobilização do P1MC na microrregião de Guanambi Bahia, bem como apontar as contribuições do mesmo frente à construção da cidadania e da transformação social do semiárido em seu processo de mobilização social. Para isso, pretende-se identificar de que forma atores sociais envolvidos entendem o processo de mobilização e qual o impacto disso na organização social que estes sujeitos participam.

Sabe-se que a Constituição Federal (BRASIL, 1988) que rege nosso país determina em seu artigo primeiro que somos uma República Federativa que se constitui em um Estado Democrático de Direito fundamentado em princípios de soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político. Neste contexto, tendo em vista os objetivos do P1MC - entre eles a descentralização do acesso à água e a garantia de direitos - bem como a relação da pesquisadora com este Programa enquanto colaboradora de uma das organizações da ASA que executam o mesmo e como filha de agricultor que persiste no campo, convivendo com o clima semiárido, é que se justifica a realização deste estudo.

² Ressaltamos que quando nos referimos a construção da cidadania estamos falando do processo de luta contínua por direitos negados historicamente. Isso não significa que não houve lutas anteriores, mas sim que a construção da cidadania é um processo e que pode ser cada vez mais ampliado.

Dessa forma, têm-se como hipótese que o P1MC tem contribuído para a ampliação da cidadania das pessoas do semiárido, a partir da mobilização das mesmas no sentido de perceberem quais são seus direitos e a importância de reivindicá-los de modo a terem uma melhor qualidade de vida na região, a partir da implantação de tecnologias sociais simples e acessíveis que primam pela coparticipação das famílias e pela convivência com o clima. Além disso, o processo de execução do programa promove uma mudança social no que diz respeito à saúde das famílias e na demanda por outros direitos a partir da busca por políticas públicas condizentes com a realidade da região e dos sujeitos.

Para realização do estudo optou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa com análise documental nos documentos produzidos pela ASA e pelo Centro de Agroecologia no Semi-Árido (CASA), entidade que atua na microrregião pesquisada. Utilizou-se também da pesquisa de campo através da realização de entrevistas semiestruturadas com atores sociais envolvidos no processo de execução e mobilização do P1MC.

Observa-se que o desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro tem sido construído pelos sujeitos que nele vivem e se efetivou a partir do protagonismo de homens e mulheres, agricultores e agricultoras, que compõem os diversos movimentos e organizações, bem como da valorização das suas experiências e dos saberes do povo que vive na região. Sendo assim, este estudo se justifica, sobretudo, pela necessidade de divulgar as ações exitosas de convivência com o clima que as organizações sociais, especialmente da ASA, têm implementado no semiárido do Brasil.

Por isso, se faz necessário apresentar o que tem sido feito na região para efetivação da política de convivência com o clima semiárido, apontando elementos que contribuíram para a superação da política de combate à seca e a ascensão da política de convivência com o semiárido. É disso que trata o primeiro capítulo *“O semiárido brasileiro e a política de convivência com o clima”*.

O segundo capítulo, *“A ASA e a Democracia Participativa no Semiárido Brasileiro”*, traz reflexões acerca do novo cenário que vivenciamos no nosso país em relação à constituição da democracia participativa. O capítulo discute a dinâmica societária no Brasil, contextualizando a ASA e seu conjunto de organizações enquanto colaboradores do fortalecimento da

democracia e da formação de uma nova cultura política, pautada na participação política dos cidadãos e cidadãs.

No terceiro capítulo, “*PIMC: o acesso à água e à cidadania no semiárido do Brasil*”, elenca os componentes do PIMC e discute de que forma este programa tem contribuído para a construção da cidadania na região semiárida a partir do acesso à água. Para tanto, são destacados os objetivos do programa, o entendimento de cidadania e como a ASA e suas organizações têm construído e ocupado espaços legítimos de participação e formulação de políticas públicas.

O quarto capítulo, “*Mobilização social e participação: percorrendo caminhos para a construção da cidadania e da democracia participativa*”, levanta reflexões acerca da mobilização enquanto processo de convocação de vontades, interligado por um objetivo comum e que junto com a participação política contribui para a construção da democracia participativa.

O quinto e último capítulo “*Contribuições da mobilização social do PIMC na construção da cidadania e na transformação social do semiárido: um estudo de caso na microrregião de Guanambi- Bahia*”, apresenta todo o percurso metodológico da pesquisa e discute os resultados encontrados no decorrer da pesquisa.

1 O SEMIÁRIDO BRASILEIRO E A POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA COM O CLIMA

Conviver com o semiárido significa viver, produzir e desenvolver-se dentro de uma perspectiva de partilha, justiça e equidade, abraçando uma proposta de desenvolvimento que afirme o semiárido como viável (BATISTA e CAMPOS, 2011).

O semiárido brasileiro abrange todos os estados do Nordeste (Pernambuco, Piauí, Bahia, Paraíba, Ceará, Maranhão, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe), o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, que ficam na região Sudeste. A região semiárida do Brasil possui atualmente cerca de 22 milhões de habitantes, ocupando o lugar de semiárido mais chuvoso, maior e mais populoso do mundo. A vegetação predominante é a caatinga e a precipitação pluviométrica média é de 750 mm/ano (MALVEZZI, 2007).

No entanto, a condição de lugar semiárido oportunizou por décadas o desenvolvimento de uma política assistencialista denominada por muitos autores como “política de combate à seca”. As ações de assistencialismo podiam ser observadas na doação de alimentos, na distribuição de carros-pipa de água, nas frentes de trabalho, entre outras. Nota-se que os estereótipos de lugar inviável e de pessoas incapazes foram se constituindo no imaginário popular de modo a prejudicar o desenvolvimento da região e inviabilizar a efetivação de políticas públicas condizentes com a região.

Todavia, o que se percebe é que no semiárido não falta chuva, mas políticas públicas adequadas com a realidade do lugar, uma vez que as chuvas caem de forma irregular no tempo e no espaço e ainda enfrentam um alto índice de evaporação que, segundo Malvezzi (2007), chega a ser três vezes maior do que a precipitação. Esses fatores não eram levados em consideração pela política de combate à seca que passou a vender a imagem de região árida, ao invés de semiárida.

Esta política pautava-se na prerrogativa de que a seca fosse algo possível de acabar com as ações pontuais, como a abertura de grandes açudes em terras de grandes fazendeiros, envio de carros-pipas de água para a população e até distribuição de alimentos para os pobres em períodos de estiagem. No entanto, as ações oriundas desta política viabilizavam a concentração de água e poder nas mãos de quem já possuía a terra concentrada. Por outro

lado, os mais pobres continuavam, e muitos ainda continuam, a depender de esmolas de políticos desonestos que utilizavam a água como cabo eleitoral, de forma que as famílias ficavam dependentes de um carro-pipa de água para satisfazer suas necessidades básicas. (BATISTA e CAMPOS, 2011).

Em contraposição a isso, vários movimentos sociais e organizações da sociedade civil começaram a se mobilizar e articular, no sentido de propor ações viáveis para a convivência com o clima e se contrapor a estas ações pontuais que nada resolvem em relação às dificuldades que agricultores e agricultoras passam por falta de água nesta região. É a partir disso que emerge a proposta de surgimento da ASA e ao mesmo tempo, a iniciativa de elaboração da política de convivência com o clima semiárido.

A ASA é uma rede de movimentos que surgiu em 1999 em Recife, Pernambuco e tem agregado diversas organizações da sociedade civil em prol da implementação de políticas de convivência com o clima semiárido. Inicialmente a ASA era composta por cerca de 700 entidades da sociedade civil e atualmente ultrapassa duas mil entidades, incluindo Unidades Gestoras Microrregionais, organizações integrantes das Comissões Executivas Municipais, entre outros simpatizantes. A sede da rede está localizada em Recife e cada estado com clima de semiaridez sedia uma ASA estadual, integrada por outras entidades que representam os interesses da população por microrregião. Enfim, a ASA começou desenvolver um trabalho de contraposição a política de combate à seca e tem desencadeado experiências significativas e implementado tecnologias sociais que comprovam a viabilidade da região semiárida.

Para a ASA (2003, p. 27), o foco em relação a esta proposta perpassa pela reflexão dos cidadãos “sobre as características naturais da região semi-árida como fator determinante dos limites e das possibilidades da vida humana e animal, bem como de armazenamento e uso da água, dos plantios e das criações”. É neste cenário que o P1MC se insere como uma das possibilidades para a política de convivência com o semiárido.

Retomando a reflexão de Baptista e Campos (2011) sobre a convivência com o semiárido, percebemos que o P1MC abrange uma proposta de desenvolvimento a partir dos saberes e experiências do povo do sertão. O P1MC prova o que Malvezzi (2007) tem afirmado: “O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de acabar com a seca, mas de adaptar-se de forma inteligente”.

O P1MC inaugurou uma tecnologia social que tem ensinado muito ao homem e a mulher do campo que é possível guardar a água da chuva para o período da estiagem. E a partir da cisterna de consumo do P1MC outras tecnologias foram sendo (re)criadas e implementadas. Isso demonstra a afirmação e efetivação da política de convivência com o semiárido tanto pela implementação de tecnologias sociais, como pelo protagonismo das pessoas que vivem nesta região.

É preciso reafirmar que o semiárido não é apenas clima. O semiárido constitui-se em um grande mosaico de potencialidades culturais, políticas, socioeconômicas. Tudo isso pode ser comprovado de diversas formas, inclusive pela diversidade na produção de alimentos, bem como de cultura. No próprio contexto da ASA podemos perceber como a criatividade desse povo é incomensurável: são diversas tecnologias criadas e recriadas a partir da cisterna de 16 mil litros³, a exemplo da cisterna de produção com capacidade para armazenar 52 mil litros de água, as cisternas escolares com capacidade para armazenar 30 e 52 mil litros de água. Além disso, há outras tecnologias que servem para armazenar água para produção e dessedentação animal, como os barreiros, tanques de pedras, barragens sucessivas, barragens subterrâneas, etc.

É neste sentido que a política de convivência com o clima semiárido vem se afirmando na região a partir dos trabalhos realizados pelas entidades que compõe a ASA. Esta rede tem buscado construir outra ideia a respeito da região, ao mostrar que para viver bem é preciso entender que “a primeira lei da convivência com o Semi-Árido, então, é a captação inteligente da água da chuva, uma prática milenar, usada pelo povo de Israel desde os tempos bíblicos” (MALVEZZI, 2007, p. 13).

O acesso à água, seja para consumo ou para produção, não chega de forma isolada na proposta e nas ações da ASA, mas aliadas a outros elementos inerentes à construção da política de convivência. Dentre estes, está a necessária revolução cultural que a ASA vem propondo através do processo de mobilização e dos cursos de capacitação que integram a

³ As cisternas são reservatórios, com forma ovalada com metade de suas dimensões encravadas no chão, construídas no pé das casas, nas quais usam calhas para colher a água de chuva que escorre dos telhados, direcionando-a para as cisternas (MALVEZZI: 2007, p.13).

proposta do P1MC e as demais ações de convivência dessa Articulação. Conforme Malvezzi (2007, p. 21) “é necessário um trabalho de educação popular em sentido mais profundo, articulando prática e reflexão, para que se possa superar o conceito de Semi-Árido que está no imaginário nacional – e se reproduz na população local - e construir um outro conceito”.

Nesta mesma perspectiva e trazendo para o debate a sustentabilidade, Silva (2006, p. 26) afirma que, com a proposta da convivência,

o semi-árido passa a ser concebido enquanto um espaço no qual é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base na sustentabilidade ambiental, e combinando a qualidade de vida das famílias sertanejas com o incentivo às atividades econômicas apropriadas.

A ASA comunga desse conceito e para ela a sustentabilidade ambiental inclui o bem-estar das famílias sertanejas e a socialização das experiências desenvolvidas:

Essa perspectiva de convivência tem como princípios primordiais a estocagem de água, sementes, forragens e a diversidade produtiva dos sistemas agrícolas que garantem às famílias bem-estar, soberania, segurança alimentar e nutricional. É importante apontar que essas experiências são referências importantes com alto potencial de replicabilidade por todo o Semiárido e são incentivadas no cotidiano de trabalho junto às organizações da ASA (ASA, 2011, p.17).

O fortalecimento da ASA e da política de convivência com o clima semiárido é resultado desse caráter de replicabilidade adotado desde o início pelas organizações que integram esta rede. Aliás, a partir da democratização da água, descentralizou-se também poder e conhecimento, estendendo-os aos agricultores e agricultoras. Conforme Silveira (2010, p. 6):

O termo convivência com o semiárido designa uma proposta de desenvolvimento sustentável para a região que tem como pressuposto que é possível desenvolver culturas de convivência adequadas ao meio ambiente, se adaptar às condições ambientais, aprender as técnicas de armazenamento adequado de água e estocagem de alimentos e ter uma vida produtiva do ponto de vista econômico no semiárido.

Dessa forma, a política de convivência com o semiárido tem seu alicerce na questão do acesso à água de consumo, perpassa pela água de produção, porém vai percorrendo outros aspectos e contextos, como sementes crioulas, segurança alimentar e nutricional, entre outros.

Recentemente, a ideia da “água de educar” se agrupou a esta proposta através da implementação das cisternas nas escolas. Todas estas tecnologias implementadas pela ASA são associadas a um processo educativo e formativo que objetiva construir, fortalecer e ampliar a política de convivência com a região de modo a valorizar as pessoas com suas experiências.

O êxito desse novo paradigma para o semiárido pode ser comprovado na observação dos relatos de experiências de agricultores e agricultoras da região, bem como na própria expansão das experiências da ASA e suas tecnologias, para além do semiárido, chegando até a ser replicadas em outros países de clima semelhante. Tudo isso reforça a capacidade da ASA em mobilizar as pessoas em prol de uma causa coletiva.

2 A ASA E A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

A democracia é um princípio sem fim e as tarefas de democratização só se sustentam quando elas próprias são definidas por processos democráticos cada vez mais exigentes (SANTOS e AVRITZER, 2010).

A democracia no nosso país tem se consolidado de forma significativa, especialmente a partir dos avanços possibilitados pela Constituição Federal de 1988, a exemplo dos Conselhos de Políticas Públicas, Orçamentos Participativos, novas formas de organização da sociedade civil e dos movimentos sociais. Tudo isso propicia maior abertura e oferece maiores possibilidades de controle público. Apesar de ser uma forma muito recente de governo, a democracia representa a soberania popular e como tal enfrenta limites e está suscetível ao controle da sociedade e do governo.

A ASA enquanto rede de movimentos e organizações sociais, tem ocupado diversos espaços de participação e lutado por um semiárido mais justo a partir da defesa dos direitos dos agricultores e das agricultoras. Exemplos disso podem ser observados na execução de seus projetos, bem como na representação em instâncias de participação, como nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, Conferências, seja no âmbito municipal, estadual ou nacional. Além disso, tem representação na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Comitê Gestor Garantia Safra, Comitê Gestor do Programa de Apoio aos Fundos Solidários, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), Conselho Nacional de Economia Solidária, entre outros espaços.

O próprio processo de execução dos seus Programas e projetos, inclusive do P1MC, demonstra a forma democrática e participativa que perpassa a metodologia e as ações da ASA. Para que a família tenha a cisterna pronta e cheia de água no quintal de sua casa é preciso que exista no município uma Comissão Executiva Municipal (CEM) constituída por pessoas da comunidade, representando as entidades ligadas ao social, como Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), igrejas, Pastoral da Criança, associações rurais, agentes comunitários de saúde, entre outras. Esta Comissão não age sozinha, porque há uma equipe técnica constituída por pessoas que atuam em uma organização não governamental ligada à ASA, no caso da microrregião, lócus da presente pesquisa, é o Centro

de Agroecologia no Semi-Árido, que conseqüentemente interage com outras inúmeras entidades. Na própria comunidade também é formada uma comissão comunitária que auxilia a CEM e a equipe técnica no processo de mobilização e capacitação das famílias e posteriormente, na construção da cisterna.

Além disso, há também os pedreiros que constroem as tecnologias, os monitores das capacitações, os fornecedores que atuam colaborando com o processo de execução do Programa. O que se percebe é que o P1MC pode ser comparado com uma grande rede ou um grande quebra-cabeça que não funciona plenamente quando falta um fio ou uma peça. No P1MC todos são partes importantes, seja o pedreiro que constrói a cisterna, a família que contribui na escavação do buraco e na alimentação do pedreiro ou o gerente que administra os recursos financeiros do projeto, todos são considerados iguais quando se pensa a execução do programa.

Esta coparticipação na execução do P1MC é que o torna um projeto participativo, pois é construído junto com as famílias e comunidades. Conforme a própria ASA (2005) propõe, o time de mobilização do P1MC deve ser composto por: famílias que moram na zona rural do semiárido; comunidades rurais, formadas por estas famílias; organizações de base comunitária, com base municipal, com bases microrregionais ou estaduais; organizações nacionais e internacionais; governos municipais, estaduais, federal, agências de governo e financeiras; indústrias, empresas, federações; a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC) e a ASA.

Esta dinâmica societária proposta pela ASA através de um conjunto de organizações contribui para o fortalecimento da democracia e para a formação de uma nova cultura política, pautada na participação política e isenta de influência partidária. Conforme Faria (2010), não é mais novidade o reconhecimento de que o aprofundamento da democracia no nosso país requer cada vez mais um número maior de pessoas partilhando poder político e executando um conjunto ampliado de formas participativas.

Faria (2010, p. 74) pontua ainda que “a participação em associações civis de diversos tipos pode apresentar, portanto, efeitos democráticos, fato que fortalece os mecanismos representativos e induz o cultivo das habilidades organizacionais e das virtudes cívicas”.

O trabalho da ASA inclui, sobretudo, a discussão dos problemas que afligem o semiárido e sua população nas instâncias institucionalizadas, como os conselhos de políticas públicas na região, bem como a luta por direitos junto aos governos estaduais e ao Governo Federal. E estas lutas têm sido conquistadas, a exemplo da transformação do P1MC em política pública, com orçamento previsto no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Tal fato exemplifica a afirmação de Anastasia e Inácio (2011, p. 18-19):

Para além das relações horizontais entre os Poderes constituídos, as decisões relativas à ação governamental passam a ser instruídas também pelas deliberações oriundas de arenas de participação continuada dos cidadãos. Os conselhos de políticas, deliberativos ou consultivos, incorporados aos arranjos institucionais de diversas áreas de políticas públicas no Brasil, constituem exemplos de tais práticas. Esses conselhos configuram ‘pontos de entrada’ para coalizões de cidadãos e seus líderes na arena executiva, facultando-lhes a interação *face-a-face* com os representantes eleitos ou com os seus agentes (gestores não-eleitos e burocracias públicas).

Isso significa também que os cidadãos e cidadãs podem construir juntos com seus representantes a agenda pública que melhor priorize suas especificidades e necessidades. Assim, no caso do semiárido é necessário criar oportunidades para elaboração de uma agenda que considere o potencial hídrico e climático da região, de modo a garantir qualidade de vida para os sertanejos e as sertanejas.

Pelo fato da democracia está em ascensão não significa que os cidadãos devam para de lutar pela cidadania e pelos seus direitos. O P1MC se tornou política pública a partir da luta das organizações sociais e foi da mesma forma que ele ganhou continuidade e caráter de universalização, de modo que cada família do semiárido deva ter a sua cisterna. No entanto, o governo propôs para atingir a meta de universalização a implantação de cisternas de polietileno (plástico) e rompeu com a metodologia da ASA no fim do ano de 2011. O povo foi para as ruas e fizeram uma mobilização na cidade de Juazeiro, fechando a ponte Petrolina/Juazeiro com mais de quinze mil pessoas e expressando a insatisfação com as cisternas de plástico, bem como o desejo de continuar com a metodologia da ASA. A parceria governo federal e a ASA continuou depois da mobilização, porém a implantação das cisternas de plástico também.

Neste sentido, é preciso que as organizações e movimentos se mobilizem mais no sentido de exigir que suas necessidades sejam atendidas de forma democrática e participativa. A ASA

tem uma campanha contra as cisternas de plástico e tem instigado esse debate junto às suas organizações.

Conforme Avritzer e Pereira (2011, p.55), neste novo cenário que vivenciamos no Brasil em relação à democracia, “o local se torna o lugar da elaboração de políticas públicas, de tomada de decisões discutidas e compartilhadas sob a forma de orçamentos participativos, de fóruns e arenas público-privadas e projetos participativos”. Ainda segundo estes autores, este cenário inclui a ampliação das formas de participação política, às quais, denominam de “híbridas”. É preciso salientar, no entanto, que na medida em que há ampliação, há também complexificação, pois “a política pública torna-se mais complexa com a multiplicação de atores e espaços de decisão e com a ampliação dos espaços de discussão e deliberação, o que preconiza um novo agir político” (AVRITZER e PEREIRA, 2011, p.58).

O fortalecimento da democracia participativa seja no Brasil como um todo ou especificamente no semiárido está relacionado às novas formas de participação, ao surgimento das instituições híbridas de participação e exige a prevalência da soberania popular, pautado em igualdade de direitos e participação ativa dos cidadãos e das cidadãs. Mas é necessário pontuar que ela não se dá sem conflito, sem luta e organização social.

3 P1MC: O ACESSO À ÁGUA E À CIDADANIA NO SEMIÁRIDO DO BRASIL

O Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: um milhão de cisternas rurais - P1MC se apresenta como uma proposta inovadora da ASA, em contrapartida à política de combate à seca desencadeada durante anos no semiárido brasileiro. O diferencial deste programa é que nasceu da mobilização das organizações sociais, sobretudo do semiárido e se tornou uma política pública que tem ganhado reconhecimento público a nível local, nacional e até mundial. Em 2010, recebeu da Presidência da República do Brasil o Prêmio Direitos Humanos, concedido a entidades ou pessoas que atuam na defesa, promoção e reparação dos direitos humanos no Brasil.

O P1MC apresenta como propósito explícito a garantia de acesso à água, direito de todo ser humano e essencial à vida, de forma a minimizar as dificuldades com a água de qualidade para o consumo humano. No entanto, os pressupostos que estruturam o Programa perpassam pela formação e mobilização das pessoas no sentido de torná-las politizadas e conscientes de seu papel de cidadãs e cidadãos.

É perceptível que há no primeiro momento um retorno imediato do programa no que concerne ao acesso à água de qualidade, pois, com o consumo de água potável, há uma redução nos casos de doenças causadas pela ingestão de água contaminada, melhorando conseqüentemente a saúde da população, especialmente das crianças. No segundo momento, a conquista do acesso à água se caracteriza como conquista da cidadania negada por muito tempo a estas pessoas.

O P1MC se norteia por alguns componentes, iniciando com a mobilização das famílias, comunidades e CEM's através da divulgação do Programa. Em seguida é realizada uma Capacitação, denominada de curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos - GRH, em que prioriza a formação das famílias a partir de um olhar diferenciado para a região semiárida, considerando as possibilidades de uma educação contextualizada para a convivência com o semiárido. A execução dos componentes do Programa se concretiza na construção de uma cisterna de placas com capacidade para armazenar 16 mil litros de água da chuva. Além desses três principais componentes, há ainda o controle social, o fortalecimento institucional da sociedade civil e a comunicação. A seguir será descrito o que propõe cada componente.

3.1 Componentes do P1MC:

3.1.1 Mobilização, cadastramento e seleção de famílias

A mobilização inicia-se a partir do contato com as CEM's onde o programa será executado, conforme cada Termo de Parceria assinado. A partir daí são agendadas reuniões e ações de continuidade. São as Comissões que definem quais comunidades serão atendidas, levando-se em conta a maior necessidade de água, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o número de crianças e adolescentes em situação de risco, mortalidade infantil, entre outros.

Após a definição das comunidades, as Comissões, junto com a equipe técnica, realizam reuniões nas comunidades para divulgar o programa e explicitar os critérios de atendimento do mesmo. Estes critérios são definidos pela ASA, de modo a priorizar mulheres chefes de família, famílias com maior número de crianças na idade de 0 a 6 anos, famílias com crianças na escola, famílias com idosos, famílias de pessoas com necessidades especiais e renda *per capita* até meio salário mínimo. É preciso ainda que a família tenha comprovação de atividade diária no campo e disponha de estrutura mínima de 40 m² de telhado para captação da água. Esclarecidos os critérios, as famílias são cadastradas de casa em casa e selecionadas pela Comissão com base nos princípios do Programa.

Entretanto, o processo não se encerra nestas primeiras ações junto às famílias e Comissões, pois segundo a ASA (2002, p. 22), “a mobilização do P1MC não é somente da população do semi-árido e das suas organizações. Quer ir muito além. Quer convocar toda a sociedade brasileira em torno de um projeto de futuro para o povo do semi-árido”. Dessa forma, a mobilização é contínua e processual, independente da cisterna já está pronta na casa da família.

3.1.2 Capacitação

Este componente visa um processo formativo para os envolvidos no P1MC, incluindo as famílias, pedreiros e pedreiras, as CEM's, os monitores e equipes técnicas. O intuito da ASA (2002, p. 26) é “discorrer, em primeiro lugar, a própria concepção de formação como um ato educativo; em segundo lugar, explicitar aspectos do entendimento de convivência com o semi-árido, assim como algumas dimensões transversais importantes de serem contempladas”.

Os processos formativos, no geral, têm carga horária de 16 horas para as famílias, monitores, Comissões e equipes técnicas. Para os pedreiros exige-se uma maior carga horária devido à

parte prática de construção da cisterna, totalizando 48 horas de capacitação. A formação para as famílias é denominada de Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) e contempla os temas de convivência com o semiárido, tecnologias de armazenamento de água para consumo e produção, cuidados com as cisternas, formas de tratamento da água, políticas públicas e cidadania, entre outros.

A capacitação para monitores de cursos de GRH é praticamente a mesma que a família recebe em relação aos conteúdos, com diferencial no formato, pois os monitores precisam compreender como abordar as questões para os agricultores e agricultoras, visto que a maioria destes não são escolarizados. Outro tema trabalhado com os monitores são as dinâmicas de grupo adaptadas para o público específico com o qual irão atuar.

A formação para as Comissões Executivas Municipais inclui os critérios de atendimento às famílias e também discute os temas de convivência com o semiárido, as tecnologias de armazenamento de água para consumo e produção, políticas públicas para o semiárido, temas atuais e que contribuem para o fortalecimento e politização dos membros das Comissões. No geral, as capacitações para Comissões, são realizadas duas vezes ao ano, a depender do financiamento do Termo de Parceria firmado pela Instituição.

Os cursos para pedreiros e pedreiras são divididos entre teoria e prática, passando pelos temas de convivência com o semiárido, tecnologias de armazenamento de água para consumo e produção, políticas públicas e cidadania para o semiárido e na parte prática, são transmitidas, por um pedreiro-instrutor, as técnicas de construção de uma cisterna.

3.1.3 Comunicação

A comunicação no P1MC objetiva entre outros aspectos, “garantir o acesso comum às informações e a interação entre as organizações integrantes da ASA, através de um sistema descentralizado para o pleno funcionamento do P1MC” (ASA, 2002, p. 34). Além disso, prioriza-se a difusão de experiências e culturas das famílias e das organizações.

Os produtos de comunicação mais utilizados pela ASA e suas organizações são *sites*, boletins impressos e eletrônicos, *folders*, vídeos, rádionovela, programas de rádio, jornais, cordéis, cartilhas, cartazes, redes sociais, entre outros. Às famílias são entregues cartilhas e cartazes com linguagem acessível aos agricultores e agricultoras.

3.1.4 Controle Social

O objetivo da ASA com este componente é criar uma nova cultura de participação política para que os atores sociais percebam “com realismo os problemas e possam ampliar sua inserção nos processos de construção de políticas públicas, bem como gestão, fiscalização e acompanhamento dessas políticas” (ASA, 2002, p. 25).

Este controle tem sido efetivado a partir das reuniões realizadas nos níveis microrregionais e estaduais, bem como na participação da ASA em conselhos de políticas públicas, do âmbito local (municipal) ao federal. A prioridade da ASA é que o controle a nível local ocorra com maior ênfase, visto que o programa é executado nos municípios.

A ASA fundou a Associação Programa Um milhão de Cisternas (AP1MC) para atuar como Unidade Gestora Central (UGC) junto às organizações estaduais e microrregionais. É a AP1MC que firma os convênios com financiadores e posteriormente com as Unidades Gestoras Microrregionais (UGM's), orientando e fiscalizando a gestão dos recursos.

3.1.5 Fortalecimento Institucional da sociedade civil

Este componente objetiva o fortalecimento interno da ASA e da AP1MC enquanto UGC e das UGM's, mas também estabelece uma nova relação entre sociedade civil e o governo. Inicialmente foram constituídas 47 UGM's e atualmente chega a quase 80, com financiamentos cada vez maiores em relação ao número de cisternas ou famílias a serem atendidas. Isso demonstra o sucesso deste componente desde a implantação do P1MC.

3.1.6 Construção de cisternas

A etapa da construção é o momento de maior alegria para as famílias, pois é a concretização da cisterna. É neste momento que fica mais clara a coparticipação da família e da comunidade, uma vez que o programa disponibiliza recursos para os materiais de construção e para a mão de obra do pedreiro. Para a família fica a responsabilidade na escavação do buraco, na hospedagem e alimentação do pedreiro, bem como os ajudantes para auxiliar no processo de construção.

Nesta etapa também há um trabalho maior para a equipe técnica das UGM's que são responsáveis por elaborar os processos de cotação de material de forma transparente e legal. Neste momento, percebem-se também as contribuições econômicas do P1MC para a

localidade, pois os fornecedores participantes dos processos licitatórios são da região, gerando renda nos municípios de atuação de cada entidade.

Outro aspecto a ser destacado é a ajuda mútua entre as famílias e comunidades, pois elas fazem mutirões quando não conseguem ajudantes. Até mesmo quando há famílias que não têm condições de oferecer a alimentação para o pedreiro os vizinhos ajudam e, no final, todos conseguem ter a cisterna ao lado da casa e, o mais importante, o acesso à água para consumo da família.

Todos os componentes do P1MC são articulados por uma metodologia participativa e democrática pautada pela corresponsabilidade e pelo fortalecimento da cidadania (ASA, 2003). Neste contexto, o P1MC faz parte de um projeto político macro da ASA que objetiva a consolidação de uma política de convivência com o semiárido de forma sustentável. Segundo Dagnino (2004), a compreensão de projetos políticos não se restringe a simples estratégias de atuação política, mas expressa, produz e veicula significados que integram matrizes culturais amplas. E é comungando com Dagnino (2004) que elencamos o P1MC como projeto democratizante e participativo. Conforme a autora o projeto democratizante e participativo pauta-se na partilha do poder e no empoderamento dos cidadãos. Em sua descrição, este projeto considera a sociedade civil como uma arena política legítima, na qual a participação é social e coletiva, de forma a haver a politização da participação e a partilha do poder de decisão na formulação de políticas públicas entre Estado e sociedade civil.

No contexto desse projeto, a cidadania é referenciada em relações estabelecidas no interior da própria sociedade com igualdade nas relações sociais independentemente de nível e a constituição de sujeitos políticos. O P1MC foi elaborado a partir da partilha de poder e é executado pelas inúmeras organizações da ASA, utilizando a sociedade civil como um espaço legítimo de participação e formulação de políticas públicas.

Conforme a ASA (2003, p. 12) há um objetivo implícito no P1MC de “criar uma nova visão a respeito do embate secular entre a população sertaneja e seu meio ambiente, mediado pelas políticas públicas assistencialistas voltadas para combater as secas do Nordeste”. Percebemos que esse objetivo alia-se ao processo educativo proposto pelo objetivo geral do Programa e viabiliza a transformação social no semiárido brasileiro, uma vez que mobiliza toda a comunidade, a exemplo das famílias, dos pedreiros, agentes de saúde e várias organizações

em prol da proposta de convivência com o semiárido. Além disso, há também a mobilização das pessoas dos municípios e das próprias comunidades, nas quais a ASA atua, como os animadores de campo, monitores de GRH, fornecedores e as próprias CEM's.

Neste sentido, percebe-se que o P1MC busca construir a cidadania proposta por Dagnino (2004) tendo como referência as relações estabelecidas com a sociedade civil. Esta construção ocorre por meio da partilha de responsabilidades e pela mobilização social que a ASA (2003) considera “um poderoso instrumento de construção da cidadania”. De acordo Matos (2011, p. 11) “a cidadania é o âmbito dinâmico de construção das lutas por direitos, no qual são os seres humanos os atores e atrizes que agem politicamente para efetivar suas demandas na forma de consolidação do direito”.

É a luta cotidiana dos movimentos e organizações que constituem a ASA que tem efetivado a construção da cidadania pelo P1MC na região semiárida. Malvezzi (2007, p. 16) pontua que além do alívio de ter a água na porta de casa e do despertar para outras necessidades e possibilidades, percebe-se que

outro impacto imediato da captação de água da chuva é o passo na direção da cidadania. Não é cidadão alguém que depende de um político até para beber um copo d'água. A cisterna, sozinha, não dá essa independência às pessoas, mas sinaliza o rumo da caminhada.

Nesta perspectiva, o P1MC sinaliza alguns caminhos de construção da cidadania, mas Matos (2011) salienta que a cidadania é processual e que ela não concede direitos. Portanto, o que contribui para a construção da cidadania dos sertanejos e das sertanejas é o processo de execução do P1MC, seja antes, durante e após a conclusão, e não a obra da cisterna em si. Para a ASA também a cidadania vai além da concessão de direitos ou deveres: “No Brasil ainda se confunde cidadão com votante. Voto é um direito do cidadão, mas não o define como tal” (ASA, 2002, p. 22).

Este conceito de cidadão proposto pela ASA aproxima-se do entendimento de Toro e Werneck (1996, p. 10) de que “cidadão é a pessoa capaz de criar ou transformar, com outros, a ordem social e a quem cabe cumprir e proteger as leis que ele mesmo ajudou a criar”. Este também é um determinante no fortalecimento da democracia participativa, uma vez que o

sujeito ajuda a criar mecanismos de controle e gestão de políticas públicas e a partir disso passa a ser fiscalizado e fiscalizador. No caso da ASA e de suas organizações é bem visível essa dinâmica, pois ao mesmo tempo em que atuam em conselhos e outras instâncias de participação de políticas públicas, as organizações são gestoras de políticas públicas, a exemplo do PIMC, e, portanto, estão expostas ao controle público por gerir recursos públicos.

Neste sentido, ao considerar a construção da cidadania como a luta cotidiana dessas organizações por melhores condições de vida para o povo da região semiárida, precisamos compreender que “a cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração” (COUTINHO, 2005, p.2).

É essa construção que a ASA vem propondo desde sua criação. Uma construção que parte do alicerce da luta pelos direitos do povo do semiárido. Direitos estes, básicos e essenciais à vida, como a água. Com tudo isso, a ASA tem ensinado muito aos gestores do nosso país, inclusive apontando caminhos que antes eram tidos como impossíveis de se trilhar. A pedagogia da ASA vai de encontro com a proposta de partir da experiência defendida por Arroyo. Segundo ele é preciso estar atento a estas experiências que os movimentos e as pessoas trazem de seus cotidianos, pois elas “partem de suas necessidades, do direito à terra, ao teto, à moradia, à sua cultura e identidade coletiva” (ARROYO, 2011, p. 79).

Dessa forma, percebe-se que a cidadania é tal qual como nos aponta Matos. A cidadania é multidimensional, perpassa os aspectos social, civil e político do cidadão. Nota-se que o trabalho desenvolvido pela ASA tem indicado mecanismos de participação que contribuem para a construção da cidadania. Seja internamente na gestão de políticas públicas, seja na atuação com as famílias e no incentivo a participação. Silva (2006), ao falar sobre os mecanismos de participação na região semiárida, sinaliza que:

Acredita-se que a democratização da gestão (planejamento, execução, controle e avaliação), por meio de mecanismos de participação e controle social é fundamental para o bom desempenho das políticas públicas, para a formação da cidadania política, para o fortalecimento das organizações locais e, principalmente, para a redução das práticas patrimonialistas e clientelistas. O desafio colocado é o de ampliar e fortalecer os mecanismos formais (institucionalizados) e informais de participação política, garantindo

o exercício da cidadania como condição necessária ao desenvolvimento sustentável do Semi-Árido brasileiro. (SILVA, 2006, p.210)

Nesta perspectiva, o autor indica que a forma de gestão partilhada na região semiárida é um fator que contribui para o desenvolvimento de políticas públicas que vão de encontro com a proposta de convivência e sustentabilidade protagonizadas pela ASA.

4 MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO: percorrendo caminhos para a construção da cidadania e da democracia participativa

A expansão da democracia está intimamente relacionada com a participação popular e com a partilha de poder. No entanto, há por um lado, pessoas dispostas a engajarem, a se envolverem em processos de coletivização, mas por outro lado a sociedade capitalista influencia bastante o individualismo. Neste sentido, o processo de mobilização se torna um desafio na sociedade contemporânea, pois os atrativos para a individualidade são muitos.

Na proposta da ASA com o PIMC o objetivo da mobilização é se unir em prol de uma causa a partir de um mutirão. “É convidar pessoas para trabalharem juntas por uma meta comum. Para mobilizar, elas têm de estar convencidas de estarem fazendo uma coisa boa, que vai trazer vantagens para elas. Quanto mais convencidas, mais forte será a mobilização” (ASA, 2005, p. 7).

Para Henriques (2011, p. 42) “Podemos compreender a mobilização social como a reunião de sujeitos que pretendem resolver problemas e transformar uma dada realidade em relação a uma causa que possa ser considerada de interesse público”. E é isso que a ASA (2003, p. 13) propõe através do PIMC, a convocação e união de vontades para atuarem em busca da construção de um semiárido viável, igualitário e mais justo. Tudo isso a partir de muita luta, de embates e reivindicações para que o projeto pensado e proposto pelas organizações sociais da ASA se tornasse política pública.

A mobilização, conforme Toro e Werneck (1996, p. 5), “ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos”. Mas para isso, Henriques, Braga e Mafra (2004) esclarecem que é preciso haver problemas e carências em comum para que as pessoas se mobilizem e compartilhem visões de mundo similares.

Foi o compartilhamento de carências e problemas na região semiárida que mobilizou as organizações que hoje integram a ASA em prol de um objetivo comum, que é a melhoria de vida das famílias da região, com ênfase no acesso à água, na igualdade de gênero, na valorização da agricultura familiar. Enfim, estas organizações se uniram para lutar por políticas públicas condizentes com a realidade do semiárido.

Ao se agruparem em prol de um objetivo coletivo, as organizações da ASA elaboraram um programa para mobilizar as famílias e as convocarem para fazer parte deste coletivo. Foi nesta perspectiva que surgiu o P1MC, um programa que possibilitasse o acesso a água, mas que tivesse o propósito de “criar um projeto de futuro para as populações do semi-árido brasileiro e não simplesmente um evento ou uma campanha passageira” (ASA, 2002, p. 21).

Neste processo de constituição e mobilização, a ASA buscou construir com o P1MC a coletivização, que segundo Toro e Werneck (1996, p. 30) “é o sentimento e a certeza de que aquilo que eu faço, no meu campo de atuação, está sendo feito por outros, da minha mesma categoria, com os mesmos propósitos e sentidos”. E é exatamente o que a ASA (2002, p. 21) propõe com o P1MC: “É imprescindível que quem atua na mobilização numa organização comunitária lá no Ceará, com sua característica própria, se sinta unido à ong que está atuando lá no norte de Minas Gerais. Isso dá estabilidade ao processo de mobilização”.

Para Toro e Werneck (1996, p. 20), “o processo de mobilização social exige a explicitação de seu propósito e um imaginário para expressar a finalidade da mobilização”. Neste sentido, acredita-se que a ASA já esteja trabalhando nesta perspectiva desde o princípio, pois na proposta das organizações está claro que “o processo de mobilização precisa criar um imaginário que expresse o propósito, o objetivo do programa. Esse imaginário deverá estar presente quotidianamente no fazer de cada um” (ASA, 2002, p. 24).

A mobilização no entendimento de Toro e Werneck (1996) vai além do espaço físico e as pessoas não precisam estar juntas fisicamente, mas partilhar de objetivos comuns. É por isso que a mobilização da ASA tem surtido efeito no semiárido. As organizações estão espalhadas por toda região, mas as pessoas estão unidas por partilhar dos mesmos interesses e objetivos.

Dessa forma, percebe-se que a mobilização no P1MC envolve a participação de famílias sertanejas, de pessoas que sofriam e sofrem com a problemática das questões hídrica e política na região, mas também de pessoas que não eram ou não são atingidas diretamente com os problemas decorrentes da política de combate à seca, porém se sensibilizaram com a causa e passaram a lutar por uma política de convivência com o clima, de modo a respeitar as pessoas e o ecossistema.

Neste sentido, esse envolvimento das pessoas representa a explicitação da coletivização da causa proposta pela ASA através do P1MC. Para Henriques, et al.,

A coletivização pode ser alcançada pelo sentimento e certeza de que não se está sozinho na luta pela mudança, há outros atuando com o mesmo sentido e propósito. Distingue-se da simples divulgação porque há um compromisso com os resultados – espera-se que as pessoas não apenas tomem conhecimento da informação, mas incorporem-na de alguma forma, utilizem-na, compartilhem-na e tornem-se elas próprias fontes de novas informações. (2004, p. 6)

Esta coletivização é um indicativo de que a ASA gera e mantém vínculos com públicos que vivenciam a problemática e com públicos que se sensibilizam com a causa. Mas, para que a causa se tornasse coletiva, além da partilha de objetivos entre os envolvidos, foi preciso difundir informações e tornar a causa pública. Esta coletivização oportuniza pensar outro aspecto inerente ao processo de mobilização social que é a corresponsabilidade. Para Henriques, et all. (2004, p. 4-5), “a co-responsabilidade existe quando o público age por se sentir responsável para com o sucesso do projeto, entendendo sua participação como essencial ao todo”. Na medida em que o público percebe que a causa é compartilhada por outros sujeitos, há maiores possibilidades dos mesmos se tornarem corresponsáveis pelo processo.

A difusão das informações depende das estratégias de comunicação que a ASA utiliza para que o projeto mobilizador e seus objetivos sejam conhecidos. Estas estratégias têm sido diversificadas com utilização de *site*, redes sociais, cartilhas, *folders*, vídeos, rádionovela, boletins impressos e eletrônicos, entre outros. Nota-se que a linguagem que a ASA tem utilizado é adequada à realidade das pessoas envolvidas, pois as estratégias conseguem tornar as ações da rede conhecidas de modo que cidadãos, cidadãs e financiadores se sensibilizam com a causa proposta.

Esta sensibilização nem sempre é resultado de participação direta, pois algumas pessoas ou organizações se sensibilizam, mas não se inserem na luta diária de coparticipação ativa, porém contribuem com o projeto através de financiamentos para execução de ações como as do P1MC, por exemplo. Deste modo, entendemos que se uma instituição ou pessoa decide financiar um projeto como o P1MC é porque ao terem informações sobre ele, reconhecem-no como projeto mobilizador. Mesmo que não atuem diretamente na mobilização do mesmo tornam-se corresponsáveis, compartilhando do imaginário proposto.

Para manter as pessoas vinculadas a um projeto mobilizador é preciso recorrer a estratégias de mobilização de forma processual e contínua. Segundo Henriques, Braga e Mafra (2002, p. 1), “o desafio para todos os que lidam com projetos mobilizadores de qualquer natureza é o de manter, ao longo do tempo, o interesse e a coesão dos atores sociais que deles se dispõem a participar, diminuindo o risco sempre presente da dispersão”.

Diante desses aspectos, podemos constatar que “toda mobilização social requer um projeto de comunicação em sua estruturação. A comunicação social tem contribuições importantes e fundamentais no processo de coletivização” (TORO e WERNECK, 1996, p. 36). É a comunicação que vai tornar o projeto público e visível. Por esta e outras razões, a comunicação também faz parte dos componentes do PIMC, e dentre os objetivos explicitados no mesmo, destaca-se que a comunicação objetiva “projetar a imagem da ASA como um fórum que dinamiza a estratégia de convivência com o semi-árido, expressando os valores de diversidade, solidariedade e prática democrática”, bem como, “estabelecer instrumentos de mobilização social para o PIMC” (ASA, 2002, p. 34).

A partir dos cursos de capacitação e das reuniões, a ASA procura mobilizar as pessoas no sentido de torná-las empoderadas e conscientes de seus direitos essenciais como ter acesso à água de qualidade para consumo humano e produção. Todavia, é preciso salientar que a mera participação em uma reunião ou no curso de GRH não é suficiente para mobilizar todas as famílias e é por isso que o programa recorre a outros componentes com o intuito de efetivar um projeto mobilizador e participativo, visto que a participação se dá de forma espontânea, mas a partir da sensibilização com a causa.

Sales (2010, p. 11) ao discutir a importância da participação para a construção de práticas democráticas, expõe que:

Participação poderia ser traduzida como uma estratégia de aprendizagem no sentido de exercer poder, de se fazer levar em consideração, de fazer valer a importância econômica, política e cultural das pessoas, categorias ou classes que estejam inseridas no processo social. Neste sentido, participar implica definir e redefinir permanentemente os fins e os meios das práticas que estão em desenvolvimento.

O que Sales nos apresenta é que a participação vai além de estar presente, mas envolve empoderamento das pessoas o que contribui para que as mesmas possam pensar, agir e

acompanhar as ações conforme suas necessidades de vida. E ainda conforme esse autor, a efetivação dos princípios e ações democráticas não é uma tarefa fácil de realizar, pois envolve, na maioria das vezes, grupos específicos com objetivos muitas vezes diferenciados.

Neste sentido, se a participação envolve empoderamento, é preciso uma causa mobilizadora para envolver as pessoas a participarem. Ou seja, para que os sujeitos participem, é preciso compreender os objetivos de sua participação. No contexto do P1MC espera-se que os sujeitos se mobilizem para a construção da cisterna e conseqüentemente o acesso à água de qualidade para o consumo da família. Mas, almeja-se também que estes sujeitos continuem se articulando de forma coletiva no sentido de buscar ter garantido outros direitos ainda não conquistados, ou seja, espera-se que os sujeitos permaneçam na busca pela conquista da cidadania.

No P1MC a mobilização perpassa pela execução do programa, mas a ASA propõe outras ações para manter as famílias unidas na busca de um objetivo coletivo de melhoria de vida. Segundo Toro e Werneck (1996, p. 15), “A participação, em um processo de mobilização social, é ao mesmo tempo meta e meio”. Neste caso, a meta e o meio da ASA é tornar efetiva a política de convivência com o semiárido de forma que as pessoas se tornem cada vez mais empoderadas. Para Silva (1996, p. 257), “A convivência com o Semi-Árido é também uma proposta política de mobilização da sociedade e do Estado brasileiro, para a implementação de políticas públicas apropriadas ao desenvolvimento sustentável na região”. O autor afirma ainda que em relação às políticas públicas para a região:

Parte das tarefas e iniciativas pertence à esfera da sociedade civil, da capacidade de mobilização e organização dos movimentos sociais, possibilitando a disseminação desses valores sociais da convivência e pressionando pela melhoria das condições econômicas e sociais. Ao mesmo tempo, a convivência com o Semi-Árido requer a conquista de políticas públicas permanentes e apropriadas, que tenham como referência a expansão das capacidades humanas locais, a partir da superação das estruturas geradoras da desigualdade, como a concentração da terra, da água, do poder e do acesso aos serviços sociais básicos. (SILVA, 1996, p. 257)

Neste contexto, a mobilização social é de extrema relevância para a efetivação de políticas condizentes com a realidade da população e no semiárido não seria diferente. É preciso lutar por melhores condições de vida e pela construção da cidadania.

5 CONTRIBUIÇÕES DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL DO P1MC NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO SEMIÁRIDO: um estudo de caso na microrregião de Guanambi-Bahia

O presente capítulo aborda todo o percurso metodológico da pesquisa e discute as contribuições possibilitadas pelo componente mobilização do programa Um Milhão de Cisterna Rurais da ASA, com recorte para o município de Guanambi, localizado no sudoeste do Estado da Bahia, onde funciona a sede do Centro de Agroecologia no Semi-Árido, Unidade Gestora Microrregional da ASA.

5.1 - Percurso Metodológico da Pesquisa

Este estudo pauta-se na metodologia da Pesquisa Qualitativa que, no entendimento de Gomes, Faria e Bergo (2011, p. 22) “trata da complexidade e especificidade dos fenômenos humanos, em especial a centralidade da dimensão simbólica, ou seja, a circulação de significados que caracteriza toda atividade humana”. Para compreender os significados que circulam a execução do P1MC na microrregião de Guanambi Bahia, especificamente no que concerne às contribuições do componente mobilização, realizou-se uma Pesquisa Documental junto ao Centro de Agroecologia no Semi-Árido (CASA) com o objetivo de conhecer as estratégias de comunicação e mobilização utilizadas pela ASA e por esta entidade na execução do P1MC e de outras ações da política de convivência com o semiárido. Buscou-se também refletir sobre a relação existente entre estes dois componentes do P1MC e a contribuição da mobilização para a construção da cidadania e a transformação social do semiárido.

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 157), na pesquisa documental podem ser observados materiais no momento em que o fato ocorre ou depois, pois “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Nesta perspectiva, foram observados materiais da ASA e do CASA, sendo os mesmos, impressos, como boletins, cartilhas, entre outros, e também digitais, como *site*, programa de rádio, etc.

Após a pesquisa documental, realizou-se um Estudo de Caso através da pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas com pessoas envolvidas no Programa, incluindo animadores de campo, integrantes de Comissões Locais, coordenador técnico e beneficiários. O estudo de caso, conforme Gomes, Faria e Bergo (2011, p.23) “tem a finalidade de investigar o ‘como’ e os ‘porquês’ da unidade social escolhida, evidenciando a sua identidade própria”.

5.2 – O cenário da pesquisa e seus atores sociais

O campo de pesquisa foi a área de atuação de uma das organizações da ASA, o Centro de Agroecologia no Semi-Árido (CASA), entidade que atua na microrregião de Guanambi - Bahia desde o ano de 2002. O CASA é uma das Unidades Gestoras Microrregional da ASA na Bahia, e atua em 17 municípios da região, no entanto, a delimitação da pesquisa de campo foi no município de Guanambi.

A escolha pelo município de Guanambi se deu em decorrência do mesmo ser município sede do CASA, o que facilitou a realização da pesquisa e também por ser um dos municípios onde o PIMC tem atuado desde os primeiros anos de execução. Outro fator que contribuiu para a escolha do município foi a atuação da CEM, que possui membros que atuam desde a constituição da mesma e está entre as mais atuantes.

Os sujeitos pesquisados foram os membros da CEM do município de Guanambi, animadores de campo, coordenador técnico do PIMC na microrregião, diretoria do CASA, monitores de GRH, pedreiros e beneficiários do programa. Os membros da CEM foram escolhidos conforme o tempo de atuação e a representação, sendo entrevistadas uma representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e uma representante de Associação Rural. Os animadores foram escolhidos pelo tempo de atuação e pelos papéis já assumidos no programa, a exemplo de um animador que já foi monitor de GRH e pedreiro.

O coordenador técnico e o diretor do CASA foram escolhidos pelo tempo de atuação na entidade, bem como pelo caráter de liderança que os mesmos vem assumindo sem perder de vista a participação dos demais membros e os princípios democráticos da ASA. Os monitores e pedreiros foram escolhidos dentre aqueles que têm maior envolvimento com a entidade e com o programa, ou seja, aqueles que demonstram ter abraçado a causa proposta e que não consideram o trabalho como mero “emprego”, mas como forma de contribuir com a melhoria de vida das famílias. Quanto às famílias beneficiárias foram escolhidas aquelas que têm participação, envolvimento e/ou liderança em grupos comunitários ou associações. Dessa forma, foram entrevistados 1(um) coordenador técnico, 1(um) membro da diretoria do CASA, 2 (dois) monitores de GRH, 2 (dois) pedreiros, 2 (dois) beneficiários, 2 (dois) animadores de campo, 2 (dois) membros da CEM.

5.3 – A coleta e análise dos dados

Realizou-se primeiramente a pesquisa documental, observando-se atas de reuniões da Comissão, da Diretoria, bem como panfletos, *folders*, cartilhas, cartazes, programas de rádio, informativos, entre outros materiais produzidos pela ASA e pelo CASA para divulgar suas ações e mobilizar as pessoas. Posteriormente, ocorreu a realização das entrevistas semiestruturadas, buscando investigar como cada sujeito entende o conceito de mobilização social, como esse indivíduo percebe o objetivo da mobilização na proposta do P1MC e quais as contribuições da mobilização social do P1MC para a construção da cidadania e para a transformação social do semiárido, vislumbradas por estes sujeitos.

Conforme cada grupo integrante do estudo, elaborou-se perguntas direcionadas ao trabalho e papel de cada um no processo de mobilização. Às comissões, o foco foi o engajamento das pessoas e a mobilização a partir da perspectiva de seus membros. Aos animadores, coordenador técnico e diretoria, as questões buscaram avaliar o processo de mobilização de um modo geral, envolvendo diversos aspectos, como objetivos almejados, metas alcançadas, engajamento das pessoas, incluindo os beneficiários diretos e os colaboradores (equipe técnica, CEM, etc). As entrevistas foram realizadas no campo de atuação de cada ator social, os animadores e coordenador na sede do CASA em Guanambi Bahia e as Comissões em suas respectivas instituições. As demais entrevistas ocorreram em lugares diversos, conforme a disponibilidade dos entrevistados.

Por fim, realizou-se a análise de dados, confrontando os resultados com o referencial teórico estudado e com os dados obtidos na análise documental. É válido ressaltar que os materiais impressos observados foram inclusos também no referencial teórico por representarem a produção de referencial sobre a política de convivência e outros aspectos, como objetivos do P1MC.

Para garantir o anonimato dos sujeitos pesquisados, optou-se por denominá-los de flores da caatinga, por entendermos que as flores exalam perfume e distribuem beleza neste sertão, sendo que algumas flores embelezam o aspecto acinzentado da caatinga no período da seca e outras tornam o verde ainda mais bonito no período chuvoso. Dessa forma, ao compararmos as flores com os atores pesquisados intenta-se explicitar que cada sujeito é importante no processo de mobilização. Apesar de uns contribuírem mais que outros, constata-se que a

participação de cada um faz diferença no processo final. E é assim que ocorre com as flores, cada uma com sua cor, seu aroma, embeleza a região em períodos distintos.

5.4 – A mobilização social no P1MC: a perspectiva de colaboradores e beneficiários

A mobilização social no P1MC, como já foi discutida, tem como um de seus objetivos reunir sujeitos do semiárido que sofreram ou ainda sofrem as consequências da política de combate à seca, no intuito de transformar esta realidade, garantindo primordialmente água de consumo humano com qualidade para todas as famílias, mas baseado na premissa de discutir outras questões inerentes a uma vida digna e à cidadania, para transformar a realidade. Neste sentido, este tópico traz a mobilização do P1MC a partir da concepção dos membros das CEM's, animadores, monitores de GRH, pedreiros, beneficiários, equipe técnica e diretoria da UGM pesquisada.

O que se percebeu é que nem todos os envolvidos compreendem a mobilização da mesma forma. Mas, a maioria a relaciona com o sentido de conscientização para uma mudança de vida, como pode ser observado na fala de “Flor de Catingueira”:

Mobilização social é o processo em que a gente envolve as famílias, faz vamos dizer... uma avaliação e uma conclusão do que as famílias podem fazer, o que podem ser feito a partir de agora, o que o programa pode trazer de melhor, de benefícios e também ajudar no processo de desenvolvimento da construção, no processo de melhoramento de vida, de vamos dizer... a conscientização, principalmente sobre a questão do semiárido, essas coisas no caso, é mostrar pras famílias que a realidade pode ser mudada, então isso é, mobilizar as famílias pra entender o processo de mudança e de outras coisas que vem a cada dia que passa. (FLOR DE CATINGUEIRA – entrevista realizada em 16 de julho de 2012 pela pesquisadora)

Nota-se que a percepção de mobilização, exposta por “Flor de Catingueira”, demonstra no primeiro momento a restrição da mobilização enquanto componente do P1MC, quando se refere ao processo de construção, por exemplo. Entretanto, logo após, faz referência à conscientização, à melhoria de vida e ao processo de mudança para outras questões além do acesso à água. “Cravo do sertão” também traz a mobilização social enquanto conscientização de uma ação, destacando outros elementos desse processo, como a informação e a união de pessoas:

Mobilização social (pausa), eu entendo é como uma forma da gente é... informar, reunir pessoas, informá-las, torná-las conscientes de uma ação (pausa) então o fato de você fazer com que um grupo maior de pessoas, é... tomem conhecimento de uma ação. Eu entendo que a mobilização social vai nesse nível, você tornar algo conhecido socialmente. (CRAVO DO SERTÃO - entrevista realizada em 8 de julho de 2012 pela pesquisadora)

Percebe-se que a concepção de mobilização exposta por “Cravo do Sertão” cita a reunião de pessoas e a divulgação de algo em escala mais ampla, mas não deixa claro que esta ação, para ser mobilizadora, precisa ter objetivos comuns e coletivos, como propõe a própria ASA. No entanto, ao falar do objetivo do componente mobilização no P1MC, ele explicita sobre o processo de coletivização, pois afirma que se busca envolver as pessoas e grupos, de modo a *“tornar algo ... que é favorável a esse grupo de pessoas que ele seja desenvolvido da melhor forma possível”*. (CRAVO DO SERTÃO).

Um conceito de mobilização social bem elaborado demonstra “Flor de Maracujá”: *“Mobilização social nada mais é de que envolver as pessoas, envolver os seres humanos em grupos, eles começarem a trabalhar um... só objetivo, num só intuito pra que se movem em busca de uma coisa social”*. Pode-se observar que este conceito é o mesmo trabalhado por Toro e Werneck (1996), Henriques (2011) e pela ASA (2005). Para estes, a mobilização social parte do interesse e necessidade coletiva, que convoca as pessoas a trabalharem em prol de um objetivo comum.

Quando questionada sobre o componente mobilização no P1MC, “Flor de Maracujá” também respondeu de forma mais completa, esclarecendo a importância do mesmo:

Esse componente é importante num processo. Todo processo do trabalho da Comissão e do programa, porque não acontece, não funciona o trabalho sem primeiramente a gente fazer a mobilização. A mobilização é a conscientização das pessoas, as pessoas entender pela luta o que é. Qual a causa, qual o objetivo da causa. E ai essa mobilização é importante, nada funciona na parte social se não tiver primeiro a mobilização e as pessoas começarem se mexer e se envolver e trabalhar em conjunto. (Entrevista realizada em 31 de julho de 2012 pela pesquisadora)

Esta percepção ampliada do conceito de mobilização e da sua importância no P1MC retrata a trajetória de “Flor de Maracujá”, uma vez que atua na Comissão Municipal há 10 anos e, além disso, tem um histórico de movimento sindical e, portanto, uma relação muito próxima aos

agricultores e agricultoras. Outro aspecto que aparece na fala da mesma e que é citado também por outros sujeitos é a mobilização enquanto conscientização.

“Flor de Mandacaru” ao expor seu entendimento de mobilização também traz elementos importantes, como a paixão, a corresponsabilidade e a participação coletiva. Segundo ele, a mobilização no P1MC pressupõe as pessoas como coautores do projeto, envolve todos os fatores e sujeitos:

...Então é um envolvimento da família, da comunidade, é o envolvimento dos pedreiros, é o envolvimento da equipe técnica do programa, da comissão executiva municipal e pra mobilizar, as pessoas precisam conhecer [...] há quem diga que pra gente estar mobilizado, a gente precisa estar apaixonado pela causa... quer dizer, além de conhecer a gente tem de tá convencido da importância da causa...(Entrevista realizada em 01 de agosto de 2012 pela pesquisadora)

Estes elementos também são enfatizados por Toro e Werneck (1996), Henriques (2011) e pela ASA (2005) ao trabalhar com o conceito de mobilização social. Toro e Werneck (1996) pontuam que a mobilização envolve a escolha e que esta depende da paixão. Mas para isso é necessário que cada envolvido a entenda como um ato de escolha, de liberdade. “Ypê Branco”, por exemplo, entende que mobilizar é estar em movimento de forma consciente do seu papel na contribuição do desenvolvimento social de forma livre e autônoma.

Observa-se que o trabalho da ASA tem buscado mobilizar as pessoas de diversas formas, expondo principalmente sua concepção de mobilização, de projeto de sociedade, principalmente para o semiárido. Ao analisar alguns programas de rádio produzidos pela ASA através do “Riquezas da Caatinga” e divulgados em todo o semiárido, pode-se perceber que o objetivo da Articulação é utilizar a mobilização como estratégia para consolidar uma gestão democrática de políticas públicas na região semiárida a partir da partilha de poder e da construção coletiva. Neste sentido, uma dessas estratégias metodológicas que a ASA recorre para alcançar este objetivo é ter a CEM como corresponsável pelos programas desenvolvidos a exemplo do P1MC.

A mobilização é processo e como tal, não se pode dizer que uma pessoa estar envolvida no primeiro momento e algumas até depois de bastante tempo atuando junto ao Projeto podem ainda não estarem mobilizadas. Durante a pesquisa houve um fato que nos chamou a atenção:

Foi o caso de “Flor de Maravilha” que atua há quatro anos como membro da comissão e não soube conceituar o que seria a mobilização social. Isso demonstra também que a mobilização enquanto processo é complexa, pois é preciso compreender o objetivo da causa para estar de fato envolvido. Faz-se necessário ressaltar que a mesma atua na diretoria de uma associação rural e dessa forma, de algum modo ela entende a importância da mobilização e da participação, ainda que não consiga conceituar em palavras o processo de mobilização.

Neste sentido, relembremos que a participação perpassa o ato de estar presente e concluímos que a mobilização também vai além da participação. E neste caso específico, considerando a atuação de “Flor de Maravilha” no P1MC e nas demais atividades da entidade não se pode afirmar que ela não compreende o que é a mobilização, ainda que não saiba conceituar, pois ao observar as listas dos encontros de formação e controle social realizados pelo CASA, a mesma se encontra presente em quase todos os encontros. Quando se observa as atas de reuniões da comissão também é uma pessoa que dificilmente falta a uma reunião.

Dessa forma, como um sujeito pode mobilizar as famílias se ele próprio não entende de fato o objetivo da causa proposta e não consegue expressar sua corresponsabilidade? Esta é uma questão a ser pensada pelos atores sociais envolvidos no Programa de modo a garantir a mobilização “interna” e posteriormente, mobilizar as famílias. Todavia, vale salientar que dos entrevistados, apenas um pedreiro e este membro da comissão não conseguiram conceituar a mobilização na perspectiva proposta pela ASA e autores discutidos neste estudo.

Por outro lado, temos o conceito de mobilização exposto por “Orquídea”, que é monitora de cursos de GRH e, portanto, sujeito que trabalha diretamente com as famílias. Na fala dela é exposto que a mobilização contribui para despertar nas pessoas o interesse de participar, mas principalmente, o desejo de lutar por direitos e por melhores políticas para a região:

O ato de mobilizar é despertar nos sujeitos, público-alvo da mobilização, o desejo de lutar, lutar por algo que seja legalmente seu e que por falta de informação e da ausência de políticas públicas adequadas ficou durante algum tempo oculto [...] dessa forma (pausa), é contribuir para a construção da cidadania graças à emancipação daqueles envolvidos na mobilização. Consequentemente, ao construir a cidadania, modifica a maneira como esta foi pensada, planejada e essa mudança, assim, proporciona a transformação social da região a partir do momento em que o modelo de sociedade e as formas de políticas públicas não são mais satisfatórias. (ORQUÍDEA – entrevista realizada em 08 de julho de 2012 pela pesquisadora)

Diante desta e de outras falas, bem como de outros aspectos observados nos documentos e ações da ASA, percebe-se que a proposta mobilizadora do P1MC tem sido compreendida como uma forma de transcender as ações pontuais e provocar mudanças estruturais maiores, incluindo as mudanças nas políticas públicas.

5.5 – Contribuições da mobilização social do P1MC para construção da cidadania e transformação social do semiárido

As contribuições citadas pelos entrevistados se assemelham bastante. Destaca-se sempre a questão da melhoria na qualidade de vida no que concerne ao acesso à água. Mas, apresentam-se também outros aspectos. Para “Flor de Catingueira”, a mobilização do P1MC vai além do acesso à água de qualidade: “na minha forma de entender eu acho que a mobilização ela veio pra não só sobre a questão da água né? Mas outros componentes, alimentação, melhoria de vida, tudo isso que envolve a família”. Dessa forma, constata-se que a mobilização do P1MC objetiva provocar uma transformação na vida das famílias do semiárido, pois interfere em outros aspectos.

Ao ser questionado sobre as contribuições da mobilização social para a vida das famílias do semiárido, “Cravo do Sertão”, afirma que o P1MC ensina as pessoas a agirem e pensarem diferente diante da seca e com isso, percebem que é possível construir uma sociedade melhor, porque

você não mexe só com a família atendida, mas você acaba fazendo a ação chegar até mesmo a outras famílias que estão ao redor, ao entorno, então como uma família agindo de uma forma coerente, preservando, cultivando é levando para frente as alternativas, é de uma convivência é a família ao lado começa a perceber isso, começa a tomar atitudes, começa tomar os mesmos passos... isso é uma contribuição. (CRAVO DO SERTÃO - entrevista realizada em 8 de julho de 2012 pela pesquisadora)

Esta questão que “Cravo do Sertão” traz é muito pertinente, uma vez que se tornam visíveis as possibilidades que a mobilização do programa viabiliza, pois a partir da participação e da mudança de uma família, o vizinho se sente convocado a unir-se a outros e construir um semiárido diferente e assim o entorno ou a comunidade é atingida. Este aspecto é discutido por Henriques, et. al. (2004, p. 05), ao esclarecerem que um projeto de mobilização é necessário “que permita o desencadeamento de ações concretas de cooperação e colaboração,

onde os cidadãos se sintam efetivamente envolvidos no problema que se quer resolver e compartilhem a responsabilidade pela sua solução”.

No caso do PIMC, as famílias precisam compreender que o problema do semiárido é a falta de políticas adequadas e a partir disso se unirem para tornar efetiva ou ampliar a política de convivência com a região. É esta união de forças e lutas que irá contribuir para a construção da cidadania dos sertanejos e sertanejas. E conforme “Cravo do Sertão”, a ASA e o CASA trabalham muito a questão da tomada de consciência das famílias e tem procurado fazê-las “perceber que as coisas nem sempre podem ser deixadas pra que outras pessoas resolvam, pra que outras pessoas tomem partido, mas que cada um, cada uma dessas pessoas, cada um de nós é preciso se envolver mesmo”. E continua:

É preciso fazer é... as nossas escolhas, ou seja, uma transformação social ela só vai sentir o efeito numa maior escala a partir do momento que cada pessoa tornar-se responsável pelos seus atos, tornar-se responsável pelas suas escolhas, então e essa é uma contribuição, entendeu? Que eu acho assim, que motiva também a busca de políticas públicas com mais eficácia, é uma contribuição. (CRAVO DO SERTÃO - Entrevista realizada em 8 de julho de 2012 pela pesquisadora)

Nesta fala, “Cravo do Sertão” traz um elemento essencial para o processo de mobilização que é a corresponsabilidade. A coparticipação de cada um, seja beneficiários ou equipes que executam o PIMC, deve ser orientada, no sentido de garantir outras políticas públicas para o semiárido que transforme a realidade para melhor.

Uma contribuição destacada pela maioria dos entrevistados e por “Flor de Maracujá” é a conscientização das pessoas para lutar por outros direitos. Segundo ela,

No trabalho que a gente faz na mobilização, quer dizer a partir de um trabalho que a ASA desenvolve junto com a Comissão nas comunidades, as pessoas daquele tempo em diante já passam a ter uma outra visão, ‘dum’ trabalho social, um trabalho comunitário, entendeu? Então a gente sente que é realmente importante a mobilização. (FLOR DE MARACUJÁ - (Entrevista realizada em 31 de julho de 2012 pela pesquisadora))

“Cravo do sertão” também aponta que as famílias têm outra visão depois do processo de mobilização, tanto no que se refere à questão social quanto em relação à questão política e

cultural, considerando também, o aspecto de conscientização a partir de um despertar para outras possibilidades de vida. Ele relata:

Aonde eu atuei como animador, às vezes a gente passava em algumas comunidades onde o programa já tinha passado; que você vê que quando retorna lá as pessoas lembram não só dos agentes que trabalharam ali, mas lembram de todo processo como é que foi feito e você vê lá os benefícios que foram implantados; lá por exemplo, há cinco quatro anos atrás, estão lá e estão muito vivos, entendeu? No melhoramento, por exemplo, daquela família, tem outra postura, tem uma outra maneira de conviver... Bem antes totalmente diferente daquela que ela tinha antes, era uma comunidade que as vezes tava, como que vamos dizer, apática, esquecida, sem muita ação, de repente você vê que depois que o Programa passa, que é feito lá o processo de mobilizador, essas famílias começam a tomar novas atitudes, tipo assim, como se fosse um despertar e isso não morre, ela continua lá sim, então a ação da mobilização ela continua presente nas comunidades, que foram atendidas... (CRAVO DO SERTÃO - Entrevista realizada em 8 de julho de 2012 pela pesquisadora)

Isso também é destacado por “Ypê Branco”, que pontua a contribuição da mobilização do PIMC no engajamento das pessoas na busca por melhores condições de vida, “o engajamento dessas famílias na busca por alternativas, engajar essas famílias nos movimentos, por exemplo na associação, nos movimentos da comunidade, celebrações”.

Ela ressalta ainda que o despertar do PIMC contribui para que as famílias se reconheçam como sujeitos de direitos e que com a mobilização e o PIMC a vida das pessoas mudou, pois, “hoje na comunidade a vida das famílias transformou completamente, porque tendo, por exemplo, água boa para beber, consciência do direito, o reconhecimento do seu papel na família na comunidade, ajuda as pessoas a construir a sua própria história” (YPÊ BRANCO). Vale ressaltar que esta beneficiária é sócia do CASA, líder comunitária e já participou de várias manifestações e movimentos, como por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragem, manifestações da ASA para que o PIMC se transformasse em política pública, dentre outros.

Tudo isso demonstra que a ASA tem alcançado êxito com sua proposta, mas mostra também como é complexo o processo de mobilização, uma vez que percebemos a diferença entre duas pessoas que são líderes comunitários e que participando do PIMC, uma ampliou sua concepção, já outra, não consegue expressar em palavras de fato o que é a mobilização. É neste sentido que podemos perceber que a mobilização não se dá da mesma forma para todos os públicos e por isso as estratégias não podem ser iguais para todos os públicos. Nesta

perspectiva, buscou-se observar os materiais impressos utilizados pela ASA para mobilizar seu público, no intuito de entender se há este entendimento de público diverso por parte da ASA, ainda que nas mesmas funções e condições dentro do projeto.

No que concerne às exposições explícitas de contribuições encontradas nos documentos da ASA, destaca-se:

O Programa Um Milhão de Cisternas vem provocando mudanças sociais, políticas e econômicas significativas na região semiárida. O aumento da frequência escolar; a diminuição do número de pessoas com doenças, como diarreia, cólera, hepatite A e esquistossomose, em virtude do consumo da água contaminada; a diminuição da sobrecarga de trabalho das mulheres nas atividades domésticas; a geração de emprego, trabalho e renda para os moradores das comunidades são apenas algumas das mudanças ocasionadas com a chegada da cisterna (ASA, 2010, p. 14).

É preciso salientar que estas mudanças mexem também na estrutura política da região semiárida, pois as pessoas que eram antes consideradas como matutos e miseráveis passam a ser tratadas como humanos, passam a ter condições mínimas de vida. Isso, no nosso entendimento, possibilita a busca por outros direitos e o enfrentamento da situação de descaso.

Ao analisar este e outros documentos principais da ASA, pode-se perceber que há uma coerência nas ações da rede desde a escrita da carta de princípios que fundou a Articulação em 1999 na cidade de Recife até os documentos atuais, bem como as ações desenvolvidas na região semiárida do Brasil. Destaca-se o sexto princípio da Articulação, que propõe: “Sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do Semiárido” (ASA, 2002, p. 68).

Nota-se que a ASA tem como tática o envolvimento de todos no processo, seja da família, dos membros de comissão, das organizações de base, buscando fortalecer as organizações sociais. No estatuto do Centro de Agroecologia no Semi-Árido (CASA, 2002) podemos observar que a associação objetiva colaborar no fortalecimento da organização dos camponeses e das camponesas e na elaboração e proposição de experiências de desenvolvimento rural sustentável do ponto de vista sociocultural, econômico e ecológico. Além disso, objetiva

desenvolver programas e projetos que contribuam com a melhoria da convivência com o semiárido.

Dessa forma, verifica-se que as ações da ASA e de suas organizações, incluindo o P1MC, têm contribuído para a transformação social do semiárido e para a construção da cidadania. No entanto, como discutido anteriormente, o processo de mobilização não ocorre de maneira igual com todos os sujeitos.

5.6 Estratégias de Mobilização e Comunicação da ASA

A comunicação está presente no nosso dia-a-dia o tempo todo, seja nas relações com nossos familiares, amigos ou mesmo na sociedade. Quando saímos na rua, por exemplo, somos bombardeados com muitas informações, são *outdoors*, propagandas em carro de som, dentre outras inúmeras formas de comunicação que a sociedade criou para transmitir as informações.

Nas comunidades rurais, que são nosso foco, as estratégias mais utilizadas para a transmissão de informações referentes ao trabalho da ASA, são por meio do rádio e da comunicação interpessoal, de boca em boca. Aos poucos estão chegando também nestas comunidades a televisão, o aparelho celular e o acesso a internet. Neste sentido, a comunicação e suas diversas estratégias se apresentam como meios de se convocar as pessoas para um processo de mobilização social.

No contexto do P1MC as famílias se sentem envolvidas na mobilização na medida em que precisam oferecer a contrapartida para o Programa, que inicia na participação no curso de GRH. Neste curso há uma contribuição da comunidade em arrumar a cozinheira para preparar a alimentação dos participantes durante os dois dias. Posteriormente as famílias participam do processo realizando mutirões para abertura do buraco e também para auxiliarem o pedreiro na construção, além disso, a alimentação e a hospedagem do pedreiro é responsabilidade da família. Neste sentido, há uma corresponsabilidade na execução do P1MC, ou seja, é preciso cada um fazer a sua parte no processo de interação e mobilização para que haja êxito na implementação do programa.

A gestão partilhada pelo P1MC ocorre com diversos atores, como já exposto, mas além da CEM, constitui-se em cada comunidade do município uma comissão comunitária, que são

peças que colaboram com os animadores, principalmente no período da construção. Esta comissão também auxilia na comunicação durante a execução do programa, transmitindo, por exemplo, avisos de reuniões, dos cursos de GRH, entre outras ações. Tudo isso reflete a interação que há entre os envolvidos e a necessidade da comunicação entre beneficiários, colaboradores e equipe executora.

A comunicação no P1MC até este momento é realizada na sua maior parte de boca em boca, na qual, o animador do programa vai a campo junto com as comissões locais e divulga a implementação do Programa na comunidade. Além disso, com a inserção das novas tecnologias no campo, a exemplo do aparelho celular, para muitas comunidades nas quais a comissão local já tem contato, é passada a informação para alguns membros para que possam transmiti-las às demais famílias da comunidade.

Conforme Henriques (2011, p. 37), “a questão da mobilização social contemporânea não pode ser vista somente em relação a uma comunicação no âmbito local”. É preciso transcender o localismo e a ASA tem feito isso através da divulgação de boletins que trazem experiências diversas de toda área de atuação. Há também um programa de rádio denominado “Riquezas da caatinga”, gravado e distribuído para as todas as UGM’s repassarem para as rádios locais de cada cidade em que atuam. Estes programas também são disponibilizados no *site* da ASA.

No processo de implementação também são distribuídos materiais impressos para as famílias, como cartilhas, cartazes e *folders*. Dentre as estratégias de comunicação da ASA, está o *site* da ASA e diversos outros *sites* das organizações integrantes a rede, redes sociais, a exemplo do *facebook*, entre outras estratégias. Algumas dessas estratégias são direcionadas exclusivamente para os agricultores e as agricultoras, outras, como as redes sociais são direcionadas para outros públicos de modo a tornar o projeto publicizado.

Algumas estratégias de comunicação para a mobilização no P1MC enfrentam dificuldades quando direcionadas para os beneficiários: a) a dificuldade de lidar com as comunidades locais marcadas pela diversidade e pela heterogeneidade; b) a necessidade de estimular a participação dos sujeitos através de diversos meios de convocação e de provocar nas famílias beneficiárias o sentimento e o vínculo da corresponsabilidade; e c) a necessidade de administrar estrategicamente os meios para gerar identificação do projeto mobilizador, para que seja reconhecido pelos públicos, uma vez que o contato com os beneficiários se limita em

sua maior parte a execução do projeto em si, não oportunizando uma continuidade de suas ações com os mesmos.

No que se refere ao primeiro aspecto, a diversidade e heterogeneidade se tornam dificuldades na medida em que durante o processo as organizações encontram muitas pessoas que não foram escolarizadas, necessitando assim de uma linguagem simples e de fácil compreensão. Além disso, a ASA não tem preferência por religião, partido político, ou qualquer outro aspecto. Sendo assim, trabalha com todos os públicos, independente destes aspectos.

Percebe-se que quando a equipe ou comissões chegam às comunidades, muitas vezes não têm outro lugar para realizar a primeira reunião de mobilização do programa senão a igreja católica e é neste momento que encontra-se um impasse: há evangélicos presentes que não entram na igreja. Por esse motivo, quando não se consegue convencer as pessoas de que seria apenas um espaço para realização da reunião, busca-se outros locais (casas) e já se realizou, várias vezes, embaixo das árvores, inclusive por falta de local que acomodasse todos.

A segunda questão, já tratada anteriormente, é a participação das famílias a partir de um vínculo de corresponsabilidade dentro do PIMC. O Programa recebe recursos principalmente do governo federal, para ser implementado, no entanto, não há recursos para determinadas ações. A maior parte das famílias adere com facilidade ao Programa e assumem esta corresponsabilidade, ajudam as demais famílias que porventura não tenham condições de oferecer a contrapartida. Entretanto, há famílias que não assumem a corresponsabilidade.

Evidencia-se que essa falta de corresponsabilidade esteja relacionada com o imaginário constituído de que se é o governo que está financiando deve cobrir todos os gastos. É preciso, portanto, provocar reflexões mais profundas no âmbito do projeto para que os atores envolvidos partilhem dos mesmos objetivos. De acordo Henriques; Braga e Mafra (2004, p. 36), “Para se mobilizarem, as pessoas precisam, no mínimo, de informação, mas, além disso, precisam compartilhar um imaginário, emoções e conhecimentos sobre a realidade das coisas à sua volta, gerando a reflexão e o debate para a mudança”.

Notou-se na afirmação dos sujeitos que a comunicação dentro do PIMC, apesar de ter um enfoque direto para mobilizar os envolvidos, ainda não consegue atingir seus objetivos de forma macro. É neste contexto, que se afirma que o papel da comunicação deve ser o de gerar

debates e reflexões para que haja o fortalecimento dos vínculos e de forma que leve os sujeitos a assumirem a corresponsabilidade diante das atividades e das relações cotidianas em suas comunidades. Sobre isso, Henriques; Braga e Mafra (2004, p. 46) ressaltam:

Em suma, ações co-responsáveis equivalem ao estabelecimento de vínculos fortes. Planejar a comunicação nos projetos de mobilização social, estabelecendo fluxos que tendam à criação da co-responsabilidade, é o caminho mais viável para gerar a participação, a mobilização verdadeira e o efetivo êxito das iniciativas.

A terceira e última dificuldade trata da necessidade de administrar estrategicamente os meios para que o P1MC seja reconhecido pelos públicos. A partir do trabalho nas comunidades, busca-se utilizar estratégias para divulgar e consolidar o trabalho na microrregião de atuação. Para isso, o CASA tem divulgado boletins informativos, participado de programas de rádios comunitárias nos municípios em que atua e em uma rádio da cidade de Guanambi tem um programa semanal com duração de 30 minutos. Há também eventos de avaliação do programa e estes incluem encontro com as comissões locais de cada município, encontros microrregionais com participação da equipe do programa, dos beneficiários, pedreiros, das comissões e convidados.

Vale ressaltar que todas estas dificuldades são evidenciadas na investigação, tanto nas falas dos entrevistados, quanto na análise documental. Alguns atores esclarecem que a comunicação somente no processo de execução do projeto, enquanto construção de uma tecnologia social de acesso à água não viabiliza a coparticipação dos envolvidos. É preciso uma comunicação para além da execução do projeto. Os entrevistados apontam que os encontros de avaliação são válidos para a equipe técnica e os membros de comissões, mas os beneficiários não conseguem participar diretamente dessas avaliações.

Diante disso, percebe-se que é um desafio realizar uma mobilização social. Há inúmeras questões que se inserem neste contexto. Dentre estas, está a expansão da tecnologia e a facilidade dos públicos em dispersarem. Segundo Henriques (2011, p. 39), “a cada hora, temos de ser mobilizados para lugares diferentes, nas mais diferentes situações, para os mais variados objetivos, o que impõe uma certa preocupação ‘logística’.” No P1MC não é diferente, pois as pessoas, a cada dia que passa, têm mais acesso a informações, a outros elementos que despertam atenção e surge assim, a necessidade de inovar, de chamar a atenção e de manter um processo contínuo de mobilização.

PARA NÃO CONCLUIR...

“Caminhando e cantando e seguindo a canção...”

A democracia é uma forma de governo muito recente no nosso país e, portanto, ainda está caminhando e em construção. Estamos avançando para ampliar a participação, às vezes cantando, às vezes em silêncio, outras gritando, porém, isso não acontece instantaneamente, mas por meio de um movimento de construção coletiva, caracterizada como um processo dinâmico que envolve diversos atores e interesses.

Estamos em um momento propício à expansão da democracia participativa e consolidação da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, pois há uma movimentação dos públicos no sentido de partilhar o poder entre os principais interessados no resultado das políticas. Neste sentido, o presente estudo buscou investigar uma experiência de gestão de política pública pela sociedade civil, especificamente, das organizações que integram a Articulação no Semi-Árido Brasileiro, na execução do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais.

Dessa forma, a presente investigação teve como objetivo avaliar o processo de mobilização do PIMC na microrregião de Guanambi Bahia, área de atuação do CASA, uma das organizações da ASA, com o intento de apontar as contribuições do mesmo frente à construção da cidadania e da transformação social do semiárido em seu processo de mobilização social.

Verifica-se que o povo do semiárido tem se destacado pela experiência de proposição e posicionamento frente às mazelas da região e com isso tem colaborado para a cidadania e a democratização das ações de desenvolvimento sustentável no semiárido a partir das lutas travadas nas últimas décadas. Percebeu-se com a investigação que o processo de mobilização do PIMC tem contribuído para a transformação social do semiárido e a conquista da cidadania pelos sujeitos envolvidos porque os faz lutar por outros direitos além do acesso à água e tem favorecido a construção de políticas públicas condizentes com a realidade da região e especificidades dos sujeitos.

No entanto, salienta-se que o processo de mobilização, como todo processo não possibilita resultados imediatos, além disso, o resultado não é o mesmo para todos os públicos apesar das estratégias serem praticamente as mesmas. Neste contexto, evidencia-se que um projeto mobilizador enfrenta problemas de (ir) regularidade em seu processo, tendo em vista que o público que dele participa pode ter outros objetivos além dos propostos pelo imaginário coletivo do projeto.

Notou-se também que o enfoque maior dos sujeitos ao serem entrevistados foi a contribuição do PIMC na melhoria de vida das pessoas no que se refere ao acesso à água, incluindo a questão da saúde e da disponibilidade de água para consumo. Todavia, observou-se que em seus discursos há evidências de que a mobilização tem provocado mudanças na vida política tanto das famílias beneficiadas pelo Programa, quanto para outros sujeitos que participam direta e indiretamente do PIMC. A ênfase destacada pelos sujeitos é que a partir dos esclarecimentos oportunizados pelo programa no que concerne os direitos do cidadão, as famílias, principalmente, passam a entender que ser cidadão não é ser votante, mas sujeito ativo do processo de construção das políticas.

É importante mencionar que estas evidências surgem de atores sociais que atuam no programa e que vivenciam outros espaços de participação política, seja a equipe de execução do programa, sejam os beneficiários. Este é um indicativo importante de efeito da mobilização do PIMC, uma vez que este público já está mobilizado para outras causas. Assim, é mais fácil mobilizá-las para outras ações, quando estas compreendem a importância da mobilização social no processo de efetivação da cidadania dos sujeitos.

Em relação aos resultados do processo de comunicação, torna-se necessário ampliar as ações de comunicação da ASA, tendo em vista que as estratégias são apropriadas, mas falta melhorar a aplicabilidade dessas ferramentas tanto durante o processo de execução, como através de ações posteriores a conclusão da cisterna. Os apontamentos de carência da aplicabilidade das estratégias de comunicação foram explícitos pelos entrevistados, que indicam a necessidade de que a mobilização não encerre na construção da tecnologia, mas seja contínua enquanto avaliação do processo. Sugere-se que o PIMC tenha disponível em cada UGM um comunicador popular, como já existe em outros projetos da ASA, para que possa melhor articular as ações de comunicação para a mobilização. Outro aspecto a ser considerado é a continuidade das ações de mobilização dentro do projeto, pois depois da

construção realizada não há recursos para desenvolver este componente com todos os beneficiários e por isso as organizações dão prosseguimento ao processo na medida em que dispõem de recursos por outros meios.

É válido ressaltar que a presente pesquisa buscou fazer ouvir o eco das vozes dos sujeitos que fazem o semiárido ao refletir sobre esse processo de mobilização social e suas contribuições para a transformação da região. Conclui-se que a maior preocupação da ASA e de suas organizações é construir um imaginário que divulgue a região como viável, a partir da efetivação de políticas públicas condizentes com a realidade. Mas, sobretudo, contribuir para a desconstrução dos estereótipos que definiram ao longo do tempo, o semiárido de lugar inviável e de pessoas incapazes. O estudo demonstrou que o processo de mobilização do povo sertanejo tem demonstrado que é possível outro olhar sobre o semiárido e acima de tudo, é possível conviver com a região de forma sustentável a partir da efetivação de políticas adequadas ao clima.

Para tanto, é preciso articulação, correlação de forças, envolvimento e coparticipação das pessoas para que as políticas sejam efetivadas. Criatividade, persistência, capacidade de articulação e energia é o que não falta ao povo do semiárido. Seja homem, mulher, idoso, jovem ou criança, todos devem exercer seu poder de decisão e seu direito de participar e contribuir para a efetivação do novo paradigma em evidência, a política de convivência com o semiárido.

Esta pesquisa é uma tentativa de contribuição para esse processo de construção da política de convivência com o clima semiárido, tendo em vista a emergência de novos sujeitos no cenário de criação, fortalecimento e gestão das políticas públicas e da democracia participativa. Por outro lado, considera-se que o estudo possa despertar o interesse de outros pesquisadores, em virtude da necessidade de fortalecer o trabalho da ASA e principalmente ampliar as possibilidades de consolidação da democracia participativa e da política de convivência com o clima semiárido. Espera-se, assim, que esta reflexão possa colaborar para o crescimento das ações da ASA e do CASA no sentido de aperfeiçoar suas estratégias de mobilização social.

Por fim, faz-se necessário indicar algumas limitações deste estudo e possíveis continuidades de investigação. Propôs-se inicialmente, realizar um estudo de caso comparativo entre dois municípios, todavia, a disponibilidade dos sujeitos e da pesquisadora inviabilizou a realização

do mesmo, sendo possível pesquisar apenas um município. É preciso salientar que como todo estudo de caso não podemos neste contexto generalizar os resultados de modo a uniformizar o processo de mobilização da ASA ao implementar o P1MC nos municípios e microrregiões. Nesta perspectiva, esta pesquisa suscitou outras questões inerentes ao processo de mobilização social da ASA através do P1MC: Como melhorar a mobilização dos sujeitos envolvidos no processo e que são responsáveis por mobilizar outros públicos? Quais as estratégias de mobilização a serem adotadas que demonstram maior eficácia?

Portanto, “para não concluir”, acredita-se que a ASA tem contribuído para um semiárido mais viável, transformando o Nordeste “atrasado” em possibilidades de vida e vida com dignidade. Por esta e outras razões, faz-se necessário compreender melhor os significados que perpassam estas ações e a contribuição dessa rede em âmbito macro de construção da democracia participativa no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Fátima; INÁCIO, Magna. Democracia, poder legislativo, interesses e capacidades. In.: AVRITZER et al. **Instituições Políticas, Participação e Processos de Globalização**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro. **Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido**: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC. Acordo de Cooperação Técnica e Financeira. Recife: AP1MC, 2003.

_____. **Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido**: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC. Recife: ASACom, 2002.

_____. **Cisternas nas escolas**: uma conquista do povo do semiárido. Recife: ASACom, 2011. (Cartilha)

_____. **Vamos nos mobilizar**. 2 ed. Recife: ASACom, 2005. (cartilha)

_____. **ASA**: Articulação no Semiárido Brasileiro. Recife: ASACom, 2010. (Cartilha)

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? In: SCHERER-WARREN, Ilse et al. **Sociedade Civil e Participação**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. Democracia, Participação e Instituições Híbridas. In.: PERUZZOTI, Enrique et al. **Controle público e democracia**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

BAPTISTA, Naidison de Quintella e CAMPOS, Carlos Humberto. **A convivência no semiárido e suas potencialidades**. 2011. Disponível em www.redesan.ufrgs.br. Acesso em 05/06/2011.

BRAGA, Clara S.; HENRIQUES, Márcio; MAFRA, Rennan L. M.. **As Relações Públicas na constituição das causas sociais**: a mobilização como ato comunicativo. Anais do 3º Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Relações Públicas (ALARP). Londrina/PR, 2002.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 02/06/11.

CASA - CENTRO DE AGROECOLOGIA NO SEMI-ÁRIDO. **Estatuto Social**. CASA, 2002.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. In.: **Revista Ágora**: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005 - ISSN - 1807-698X. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>. Acesso em 05/06/2011.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In.: MATO, Daniel. **Políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

FARIA, Cláudia Feres. Os determinantes da efetividade democrática da participação social. In.: AVRITZER, et al. **Democracia, República e Participação**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

GOMES, Ana Maria Rabelo; FARIA, Eliene Lopes; BERGO, Renata Silva. Sobre o projeto e o processo de pesquisa na elaboração de monografias. In: GOMES, Ana Maria Rabelo, et. al. **Metodologias e participação**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

HENRIQUES, Márcio S. Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. In: SCHERER-WARREN, Ilse, et al. **Sociedade Civil e Participação**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

_____, et al. Relações públicas em projetos de mobilização social: funções e características. In: HENRIQUES, Márcio S. (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 17-32

HENRIQUES, Márcio S.; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lanna Martins. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: HENRIQUES, Márcio S. (org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 33-58.

_____. As Relações Públicas na constituição das causas sociais: a mobilização como ato comunicativo. **Anais** do 3º Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Relações Públicas (ALARP). Londrina/PR, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007. (Coleção Pensar o Brasil)

MATOS, Marlise. “Cidadania porque, quando, para quê e para quem? Desafios contemporâneos ao Estado e à democracia inclusiva”. MATOS, Marlise; GOMES, Nilma Lino; DAYRELL, Juarez. In: **Cidadania e a luta por direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais**. Belo Horizonte, UFMG, 2011.

SALES, Ivandro da Costa. O papel da sociedade civil na gestão democrática. In.: **O contexto de atuação, natureza e organização dos Conselhos Municipais de educação**. Programa de Formação de Conselheiros Municipais. Universidade Federal de Santa Catarina. Módulo 2. 2010. (Caderno 1)

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. (tese de doutorado).

SILVEIRA, Sandra Maria Batista; CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. **O acesso à Água como direito das populações do semiárido:** práticas e discursos da ASA. Recife: Universidade Federal do Pernambuco, 2010. (Dissertação de mestrado).

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte Furquim. **Mobilização social:** um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola – ABES, UNICEF: 1996.

APÊNDICE

APÊNDICE I: MAPA DA CIDADE DE GUANAMBI-BA

APÊNDICE II: FOTO DE UMA CISTERNA DE PLACAS



Cisterna de placas

APÊNDICE III: ROTEIROS DE ENTREVISTA⁴

CATEGORIA: Coordenador Técnico do P1MC na Microrregião de Guanambi Bahia

01 – O que você entende por mobilização social?

02 – Conforme a proposta do P1MC, qual o objetivo do componente mobilização?

... Este objetivo tem sido alcançado?

... E como as pessoas, comunidades e os membros de comissões têm entendido isso?

03 – De que forma o Centro de Agroecologia no Semiárido tem mobilizado as pessoas ao longo de sua existência e na execução do P1MC?

04 - Na sua concepção, quais as contribuições do componente Mobilização do P1MC para a construção da cidadania e para a transformação social do Semiárido?

05 – Como é desenvolvido o componente Comunicação no P1MC? Ele tem alguma relação com a mobilização? ... Qual?

06 – No seu entendimento, o componente mobilização permanece nas comunidades após a conclusão das cisternas? De que forma?

A mobilização das comunidades e das pessoas vão além das atividades do P1MC?

07 - Qual a sua avaliação em relação aos municípios que o CASA atua, antes e depois do P1MC? O que mudou? O que você destacaria de transformação/mudança?

⁴ O roteiro foi pensado em formato de conversa e por isso em algumas questões há o desdobramento de outras questões que poderiam surgir no decorrer da mesma.

CATEGORIA: Animador de Campo

01 – O que você entende por mobilização social?

02 – Conforme a proposta do P1MC, qual o objetivo do componente mobilização? Ele tem sido alcançado? ... E como as pessoas, comunidades e comissões têm entendido isso?

03 – Na sua opinião, de que forma, as pessoas se envolvem no processo de mobilização?

04 - Na sua concepção, quais as contribuições do componente Mobilização do P1MC para a construção da cidadania e para a transformação social do Semiárido?

05 – De que forma o Centro de Agroecologia no Semiárido tem mobilizado as pessoas ao longo de sua existência e na execução do P1MC?

06 – Como é desenvolvido o componente Comunicação no P1MC? Ele tem alguma relação com a mobilização? ... Qual?

07 – No seu entendimento, o componente mobilização permanece nas comunidades após a conclusão das cisternas? De que forma? ... Poderíamos afirmar que a mobilização das comunidades e das pessoas vão além das atividades do P1MC?

08 – Você atuou em diversas funções no P1MC. Como você avalia o processo de mobilização do início de sua execução na região até os dias de hoje?

09 - Qual a sua avaliação em relação aos municípios que o CASA atua, antes e depois do P1MC? O que mudou? O que você destacaria de transformação/mudança?

CATEGORIA: Comissão Executiva Municipal (CEM)

01 – O que você entende por mobilização social?

02 – Conforme a proposta do P1MC, qual o objetivo do componente mobilização? Ele tem sido alcançado? ... E como as pessoas, comunidades e os membros de comissões têm entendido isso?

03 – Na sua opinião, de que forma, as pessoas se envolvem no processo de mobilização?

04 - Na sua concepção, quais as contribuições do componente Mobilização do P1MC para a construção da cidadania e para a transformação social do Semiárido?

05 – Quais as estratégias utilizadas por vocês enquanto Comissão da ASA para mobilizar as pessoas?

06 – De que forma a CEM participa do processo de mobilização do P1MC?

07 – Qual o papel da CEM nesse processo de mobilização? A CEM de Guanambi tem cumprido este papel? De que forma?

08 - Como é desenvolvido o componente Comunicação no P1MC? Ele tem alguma relação com a mobilização? ... Qual?

09 – No seu entendimento, o componente mobilização permanece nas comunidades após a conclusão das cisternas? De que forma?

10 – A mobilização das comunidades e das pessoas vão além das atividades do P1MC?

CATEGORIA: Famílias Beneficiárias

01 – O Sr (a) foi beneficiado com uma cisterna da ASA. O que mudou na vida do Sr (a) depois do Programa das Cisternas?

02 – E na vida da Comunidade/Associação, mudou alguma coisa? O que, por exemplo?

03 – Como o Sr (a) participou da execução do Programa aqui na comunidade? ... Como foi o processo?

04 – Depois do Programa vocês continuam se reunindo para discutir outras coisas? Para lutar por outros direitos? O que tem sido feito? Antes isso acontecia? Por quê?

05 – De que forma a comunidade tem se mobilizado depois do P1MC?

06 - O Sr (a) já ouviu falar de mobilização social? Sabe explicar para nós o que entende disso?

CATEGORIA: monitores de cursos de GRH e pedreiros

01 – O que você entende por mobilização social?

02 – Conforme a proposta do P1MC, qual o objetivo do componente mobilização? Ele tem sido alcançado? ... E como as pessoas, comunidades e os membros de comissões têm entendido isso?

03 - Na sua concepção, quais as contribuições do componente Mobilização do P1MC para a construção da cidadania e para a transformação social do Semiárido?

04 – Quais as estratégias utilizadas por vocês enquanto monitores/pedreiros para mobilizar as pessoas?

05 - Como é desenvolvido o componente Comunicação no P1MC? Ele tem alguma relação com a mobilização? ... Qual?

06 – No seu entendimento, o componente mobilização permanece nas comunidades após a conclusão das cisternas? De que forma?

07 – A mobilização das comunidades e das pessoas vão além das atividades do P1MC?